

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Escola de Comunicação Social



A construção do crime como notícia

O caso do ônibus 499: “o maior seqüestro da história do Brasil”

Flávia Milhorange de Castro
Orientador: Prof. Dr. Paulo R. G. Vaz

Julho de 2008

CASTRO, Flávia Milhorce. A construção do crime como notícia. O caso do ônibus 499: “O maior seqüestro da história do Brasil”. Rio de Janeiro: UFRJ/ ECO. Dissertação (Graduação em Jornalismo).

Resumo: O caso do seqüestro do ônibus 499, no qual um homem armado colocou sua ex-mulher e cerca de 40 passageiros reféns por 10 horas, em 2006, serve de base para analisarmos o posicionamento da mídia brasileira na construção de notícias de crime. A partir do conceito de noticiabilidade, no qual os meios de comunicação realizam determinadas construções da realidade de acordo com interesses e pressões, refletiremos sobre as motivações tanto sociais, psicológicas e culturais para a colocação do acontecimento no patamar de notícia, assim como sobre os mecanismos de produção social empreendidos pela mídia. Como base empírica serão utilizados os principais veículos de comunicação do Estado do Rio de Janeiro, local do episódio, que têm como público-alvo a classe média, formadora de opinião.

Palavras-chave: construção social, crime, mídia

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1
2. DA RUPTURA DO ACONTECIMENTO À CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA	7
2.1. Critérios de noticiabilidade na mídia ocidental	9
2.2. A influência do seqüestro do ônibus 174	13
2.3. A construção de um acontecimento de representações sociais pela mídia	16
2.4. As transmissões ao vivo	22
3. O CRIME E A MÍDIA	25
3.1. A identificação do público com o crime na mídia	25
3.2. O crime de não-proximidade	28
3.3. O crime passional	33
4. O CASO DO ÔNIBUS 499	41
4.1. Radiojornalismo	41
4.2. Telejornalismo	47
4.3. Jornalismo on-line	55
4.4. Jornalismo impresso	62
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa aborda a cobertura midiática do episódio conhecido como o “seqüestro do ônibus 499”, que aconteceu no dia 11 de novembro de 2006, quando o ambulante André Luiz Ribeiro, armado com um revólver 38, manteve cerca de 40 reféns no ônibus da linha 499 (Cabuçu-Central), na Via Dutra, na altura do município de Nova Iguaçu, zona norte do Rio de Janeiro.

A Polícia Rodoviária Federal, o Batalhão de Operações Especiais (Bope) e o Comando de Policiamento da Baixada se alternaram nas negociações. O seqüestro já durava 10 horas, quando policiais do Bope invadiram o ônibus, depois das 18 horas, e prenderam Ribeiro, sem disparar um tiro. Ele foi preso e indiciado por seqüestro, porte ilegal de arma e agressão¹.

Às 13h eu chegava à redação da Rádiorbras neste dia 11 de novembro. Meu chefe de reportagem logo me perguntou: “Você sabe o que está acontecendo na cidade?”. “Não”, respondi. “Parece que um ‘corno’ seqüestrou a ex-mulher. Eles estão em um ônibus em Nova Iguaçu, com vários reféns dentro”, me explicou. “Que horror!”. “É... você está indo para lá agora”, disse ele. Minha experiência como estagiária da Radiobrás, assim como toda minha experiência em reportagem até então, se limitavam a três meses.

Não havia motoristas liberados no momento, então fiz uma ligação para chamar um taxi, que ficaria à minha disposição, ou seja, me acompanharia até o final da cobertura. O trânsito estava bastante congestionado na Via Dutra, o que atrasou muito a chegada ao local. A chuva forte ia e voltava. Havia uma multidão. Os jornalistas ficavam atrás do cordão de isolamento da polícia, junto com os curiosos. Tínhamos que disputar com eles e com as câmeras um lugar perto da corda. O cordão de policiais também tapava a cena.

Estávamos há 400 metros de distância do ônibus. Na extensão do cordão de isolamento, havia uma filial do Bob’s, para onde eram mandados os reféns que saíam do ônibus. Fora desse cordão, havia um posto de gasolina, que freqüentemente abrigava os jornalistas e curiosos da chuva. Na Via Dutra, sentido São Paulo, a cena ocorria do lado

¹ O Estado de São Paulo – www.estadao.com.br – notícia publicada em 11/11/06__ acesso 10/05/2008

esquerdo da pista. Já do lado direito, atravessando a rodovia, havia um prédio abandonado, onde ficavam os fotógrafos e câmeras, aguardando os melhores momentos. Era uma distância considerável do local do incidente e, mais ainda, dos jornalistas.

O taxista estacionou próximo ao posto de gasolina e segui mais à frente, procurando a repórter da Radiobrás a quem iria “render”. O seqüestro havia começado por volta das 8h e a repórter me disse que chegou lá depois das 10h. Ela praticamente não tinha informações para me passar. Principalmente no início, a cobertura do evento foi bastante difusa, com muitas contradições.

Assim como eu, lá estavam outros estagiários iniciantes e sem acompanhamento de repórteres, como o do Jornal do Brasil, dO Fluminense e dO Dia. A maior parte da grande imprensa estava presente: O Globo, Folha de São Paulo, TV Globo, SBT etc. No caso das TVs, era comum um repórter de renome chegar apenas por volta das 17h, conversar com quem estava lá desde cedo e gravar a matéria que provavelmente entraria no jornal nobre da emissora.

O trabalho mais intenso foi dispensado aos repórteres de rádio. A CBN, a Rádio Globo, a Rádio Tupi faziam entradas freqüentes atualizando a situação. Inclusive, muitos repórteres confessaram que, durante a ida ao local do seqüestro, o único meio de informação era a rádio que, por sinal, não pegava bem no percurso. Mais ou menos a cada meia hora novos boletins eram divulgados. No meu caso, fiz cerca de cinco entradas ao vivo.

Conversar com qualquer autoridade durante a operação era impossível. E mesmo os policiais próximos aos jornalistas evitavam soltar qualquer informação, até porque os que ali permaneciam, pouco sabiam o que ocorria no ônibus. Ficávamos muito tempo sem nenhuma novidade, mesmo assim, a chefia de reportagem freqüentemente telefonava cobrando entradas ao vivo.

Dessa forma, a principal fonte no local eram os próprios repórteres. Houve um sistema real de colaboração. O que um jornalista descobria, era repassado a todos os outros. Acreditava-se na palavra do outro repórter, e divulgava-se sem outro tipo de apuração. Com isso, muitas informações equivocadas foram divulgadas por mais de um veículo.

A minha última entrada ao vivo foi no Jornal do Rio, o principal programa de notícias da Rádio Nacional, que começa às 18h30. Por isso, deveria ser um apanhado de todo o dia, recapitulando as informações, e não apenas divulgando boletins, como vinha

fazendo até então. Escrevo um texto com aproximadamente dois minutos de duração, considerado grande para uma notícia de rádio, mas a pedido do meu chefe de reportagem. No momento da entrada, procuro um lugar menos barulhento, no caso, o posto de gasolina. Sento no chão mesmo; coloco caderno, caneta, gravador, bolsa, guarda-chuva, tudo ao lado; preparo o texto e ligo para o estúdio, esperando entrar no ar. O apresentador do jornal lê uma cabeça, me chama e começo a falar.

Até o momento, nem todos os reféns haviam sido liberados, mas bem no meio da minha entrada ao vivo ocorre o desfecho. Não vi nada, só gente correndo, muito barulho, sirenes muito altas. A primeira reação é aumentar drasticamente o volume da voz, pois se eu não conseguia me ouvir, os ouvintes também não conseguiriam. Depois soube que exagerei um pouco. Logo, é tentar atualizar ao vivo o que estava acontecendo. Acostumada a escrever um texto para as “entradas”, tive que improvisar uma nova fala, pois a antiga caíra por terra com a invasão do BOPE ao ônibus. Passo a descrever o que estava vendo e finalizo com “tudo voltará ao normal dentre em pouco”.

Depois disso, tento resgatar as informações que havia perdido durante a entrada ao vivo. Fico por mais algumas horas no local, porém menos tempo que a maioria dos repórteres, que acompanham o seqüestrador até a delegacia. Dali vou direto para a redação, no caminho, ainda havia trânsito.

A minha inexperiência colocava-me numa posição distanciada daquilo tudo. Numa posição até antropológica. Pois ainda não tinha afinidade com o modo de produção jornalística, muito menos de um grande evento ao vivo. Esta pesquisa, portanto, é resultado de uma série de indagações as quais comecei a me fazer diante daquele episódio. Em relação ao tamanho da cobertura, às formas de construção da mídia, às motivações tanto sociais, psicológicas e culturais para a maneira de apresentação, e como isso reflete o posicionamento da mídia brasileira.

O primeiro estranhamento foi com a forma de produção da notícia: a prática era totalmente automatizada, rápida e pouco reflexiva. Devido ao imperativo do código e das condições da infra-estrutura, os discursos não saíam das construções do senso-comum. Por outro lado, a repercussão ao vivo foi enorme, exagerava-se na carga dramática, queriam ver sangue, que não veio. A partir dos mecanismos de construção da notícia, quais seriam os possíveis prejuízos sociais resultantes desse tipo de concepção do ato criminoso e do próprio indivíduo desviante pela mídia e pela sociedade?

Diante disto, a investigação estará dividida em quatro partes. A repercussão do seqüestro do ônibus 499 serve de base para analisarmos como os mídias enxergam e constroem os fatos sociais. O primeiro capítulo refere-se à escolha dos assuntos a serem abordados nas reportagens, que é realizada por meio de critérios de noticiabilidade, o qual corresponde a um conjunto de regras, operações e instrumentos com os quais os órgãos de informação escolhem, cotidianamente, de entre um número imprevisível e indefinido de fatos, uma quantidade finita de notícias. A partir deste conceito, pode-se afirmar que os meios de comunicação realizam determinadas construções da realidade de acordo com interesses e pressões.

Tentaremos compreender os critérios utilizados pela mídia para posicionar esse acontecimento no patamar de notícia e a forma como foi desenvolvida a cobertura, já que o caso teve um acompanhamento ao vivo até o desfecho. Analisaremos ainda a relação deste episódio com o seqüestro do ônibus 174, que aconteceu no ano 2000, também no Rio de Janeiro, quando um homem, sobrevivente da chacina da Candelária, coloca como reféns vários passageiros dentro de um ônibus, no Jardim Botânico.

Consideramos que esta foi uma das principais razões para tamanha visibilidade do caso do ônibus 499, devido à expectativa de um desastre parecido ao que ocorreu durante o seqüestro do 174, em que uma refém e o seqüestrador morreram. Apesar de uma repercussão maior do caso do ano 2000, a cobertura ao vivo do seqüestro do 499 teve grande apelo. Além disso, este episódio teve fatores da narrativa que foram mais explorados pela mídia do que no 174.

Ainda no primeiro capítulo trataremos das formas de construção de um fato social, ou seja, após um acontecimento ser considerado notícia, quais são os mecanismos utilizados, especialmente em transmissões ao vivo, para prender a atenção do público e como essas construções criam modelos de verdade. Por isso buscaremos em pensadores como Foucault a desconstrução do sentido de verdade na contemporaneidade, e como o discurso tido como verídico pode estar atrelado às estruturas de poder.

A pós-modernidade erodiu as barreiras do sujeito, do território e da realidade, transformando tudo o que vemos, tudo o que somos, muito mais em representações, em reflexos, que em concepções reais. Vários fatos conduziram a esse contexto, entre eles, a falência da moral reguladora, nos papéis da religião e do Estado, o avanço tecnológico,

criando um mundo virtual, com o reconhecimento do papel da linguagem na construção do sujeito e do ambiente social.

A partir daí, a pesquisa se atém ainda à construção retórica do jornalismo contemporâneo com base no caso do seqüestro do 499. Voltaremos aos teóricos da argumentação, como Platão e principalmente Aristóteles, chegando à modernidade, para fundamentar os caminhos discursivos trilhados atualmente pelo jornalismo e por outros tipos de práticas narrativas.

O primeiro capítulo revela, finalmente, uma discussão do mecanismo de transmissão ao vivo. Pois do ponto de vista jurídico, o crime foi tratado como passional, inclusive refutou-se a idéia de seqüestro. Mesmo assim, durante a cobertura, a mídia o considerou a priori “o maior seqüestro da história do Brasil”. Isso revela também a necessidade de a transmissão ao vivo revestir a história de clima de tensão e de veracidade, criando-se um espetáculo hipnótico de voyerismo.

No segundo capítulo, a pesquisa vai analisar as causais sociais, culturais, psicológicas e filosóficas sobre o posicionamento da mídia brasileira em relação ao crime. Partiremos de uma discussão sobre por que o crime desperta o interesse do público sendo correntemente considerado notícia. Logo, proporemos uma separação na análise do seqüestro do 499, pois a dualidade de um crime, ao mesmo tempo passional – em relação à mulher – e de não-proximidade – os reféns do ônibus –, requer uma análise do discurso que foi apropriado pela mídia.

Por um lado, o interesse pela tragédia humana: o homem apaixonado, que se auto-intitula “corno”, não convencido da separação, ameaça de morte a ex-esposa, com quem tem três filhos pequenos. O homem foi preso duas vezes, mas atualmente está em liberdade provisória. Em 2007, o casal anunciou ter se reconciliado. Entre as justificativas, ele afirma estar arrependido. Ela, diz que perdoou por amor e pelos filhos. Afirma, finalmente, que nunca traiu o marido.

Por outro, a cobertura distanciada de um seqüestro com grande número de reféns, o que indiretamente remete à insegurança pública e à negligência de autoridades que deveriam impedir atos desastrosos como esse. Incitando a constante recorrência de crimes de desconhecidos e a falta de segurança, a mídia, com isso, colabora com o aparecimento de vítimas virtuais, ou seja, as que não possuem ligação direta com o incidente. O medo se constrói no imaginário coletivo com a possibilidade de se passar pela situação: “Nunca

mais pego o 499”, afirmavam curiosos durante as negociações de autoridades com o seqüestrador.

O último capítulo é eminentemente voltado à apresentação do seqüestro 499 pela imprensa carioca. Neste momento, serão analisadas mais profundamente as notícias publicadas pelos veículos de comunicação durante o episódio, ou seja, na construção ao vivo, e também na repercussão após o incidente, até desaparecer dos noticiosos. Serão analisadas notícias dos quatro meios de comunicação: rádio, televisão, webjornal e jornal impresso. Apesar de o discurso sobre o caso ser apresentado de forma uníssona, trataremos os veículos separadamente a fim de perceber as peculiaridades de cada meio, como formas distintas de construções do real.

A pesquisa irá ater-se aos veículos direcionados às classes média e alta e que tratam assuntos ditos “sérios”. Pois queremos perceber como atua a mídia formadora de opinião, que ofereceria inteligibilidade ao fato social, posicionando-o num contexto. Como o mercado deste público-alvo no Rio de Janeiro é basicamente composto pela corporação Globo, utilizaremos como base empírica o jornal O Globo, a rádio CBN, o portal G1 e a Globo News.

2. DA RUPTURA DO ACONTECIMENTO À CONSTRUÇÃO DA NOTÍCIA

O pensamento pós-moderno referente à comunicação vai assumir a mediatização da sociedade, o que implica reconhecer a relativização da fronteira (cartesiana) entre realidade social e suas representações históricas. Logo, a mídia vai se tornando o lugar por excelência da produção social de sentido, modificando a ontologia tradicional dos fatos sociais (SODRÉ, 1999: 27). Começa-se a criticar os modelos de sociedade sustentados pelo conceito idealista de indivíduo e se reconhece a interferência da linguagem, essencial para a fundação das relações sociais, e responsável pela produção de significado e dos sujeitos com ele articulados (SODRÉ, 1999: 28).

Além da linguagem, desde Kant com a consolidação da Ética Moderna, mas efetivamente na pós-modernidade, intensificou-se a crença na subjetividade como forma de pensar o mundo, o humano. Também atrelada à idéia de liberdade: somos livres para fazermos escolhas. Uma liberdade, porém, submetida à consciência moral vigente, mantida pelas instituições pedagógicas, pela religião, entre outros. Na sociedade pós-moderna, “a velha ideologia moral migra, assim, da cena acadêmica para a mídia na forma de conteúdos difusos, de noticiários, filmes, documentários, espetáculos – embora com roupagem modernizadora” (SODRÉ, 1999: 54).

Apesar de toda a construção ideológica para legitimar a soberania do Estado-Nação que vem permeando a sociedade desde o século XVII, tendo o Estado como o provedor do bem-estar para o indivíduo, o pensamento pós-moderno dispõe-se a desconstruir o discurso dominante, mostrando seu comprometimento com as estruturas de poder.

Foucault, em *A verdade e as formas jurídicas*, partindo da perspectiva nietzschiana, acredita que o conhecimento não é dado, não tem origem nem fim, é criado pelo próprio sujeito para estabelecer relações de poder sobre os outros. O conhecimento não faria parte da natureza humana: seria o resultado da luta e do compromisso entre os instintos; o resultado do combate e conseqüentemente o risco e o acaso que dariam lugar ao acontecimento (FOUCAULT, 2002: 17). “De fato, as condições políticas, econômicas de existência não são um véu ou um obstáculo para o sujeito de conhecimento e, por conseguinte, as relações de verdade” (FOUCAULT, 2002: 27).

Uma das formas de pensar a verdade, portanto, é vinculá-las às estruturas de poder, que no caso de Foucault são as normas jurídicas, mas nesta pesquisa refere-se à mídia, ou seja, ela é responsável pela formação de uma realidade fabricada, e que pode ser utilizada como instrumento de opressão simbólica. “A questão dos meios de comunicação de massa, enquanto dispositivo de ponta no novo modo de organização da sociedade, é assegurar as lógicas contemporâneas de controle social sob as aparências de reestruturação dos laços humanos que se perdem ou se esvaecem” (SODRÉ, 1999: 54).

Nem depois dessa percepção podemos dizer que conseguimos nos desprender da coerção social. Passamos a viver uma crise de paradigmas éticos, mas também não podemos afirmar que a moralidade tenha se esvaído. Na verdade, experimentamos um momento de intensas sobreposições de morais específicas de diferentes contextos sociais e históricos. Por isso os meios de comunicação, em certo nível, tomaram o lugar das instituições pedagógicas e passaram a definir a moralidade social. Em contraposição, a mídia é uma das responsáveis por intensificar essas sobreposições morais e subjetivas, já que o percurso cognitivo é em mão-dupla: a mídia, através de mecanismos de verificação, é provedora e assimiladora de paradigmas éticos e regimes de realidades sociais. E a imprensa é a forma mais enfática nesse contexto. A produção de sentido pela mídia leva, portanto, à produção de moralidade.

Nessa nova democracia em gestação, os costumes são mais dinâmicos que as leis, e as formas plebiscitárias (sondagens, testes auscultações variadas) são mais pregnantes que a representatividade política. Essas formas decorrem, por outro lado, da implícita substituição do regime de verdade (grandes causas, utopias, revolução) pelo da credibilidade, garantida pelas estatísticas. Nesse contexto social em que a democracia é mais senso-comum e ambiência cotidiana do que paixão ideológica, os meios de comunicação adquirem um novo estatuto cultural e uma posição de poder sem precedentes na História do mundo (SODRÉ, 1999: 70).

2.1 Critérios de Noticiabilidade na mídia ocidental

É neste contexto que pensaremos a distinção entre fato e acontecimento. Sob uma perspectiva kantiana, presente na obra *Crítica da Razão Pura*, o fato é da ordem da série, enquanto que o acontecimento é do rompimento, do abalo desta série. Logo, se o fato está em conceber a extensão no espaço de uma série infinita, o acontecimento remete à finitude, pois é imposto um termo final (ou inicial) na série. Para pensar o sem partes, o algo impossível de ser decomposto: o átomo, devemos supor uma série onde existe um termo dentro e fora dela. Já o fato vai sempre além do limite, infinitamente.

Apontar um acontecimento é escolher onde começa a série. É igualmente estabelecer uma relação de causalidade para este acontecimento e outros pontos na série, pois o que existe dependeu do que existiu anteriormente. “O acontecimento traz em si mesmo a ruptura e o acontecimento. Sendo algo que emerge na duração, diriam os historiadores da *École des Annales*, irrompendo a cena e estabelecendo uma distinção entre aquele instante e o imediatamente anterior” (BARBOSA, 2002).

Este é o papel da História. E é o historiador Pierre Nora que procura distinguir o acontecimento moderno. Para ele, “a sensação de que o presente já é possuído de um sentido histórico, que existe na contemporaneidade, produz a percepção de que existiria uma circulação generalizada dessa percepção histórica no presente, o que culminaria com um fenômeno novo: o acontecimento” (BARBOSA, 2002).

Do paradigma contemporâneo, escolher um ponto na série está condicionado a fatores sociais, psicológicos, culturais. Também está condicionado a relações de poder, pois o que ou quem determina o ponto, o acontecimento? A função agora apropriada pela mídia foi o de definir esses pontos na série. É, outrossim, o de ordená-lo, ou complexificá-lo ou simplificá-lo. Mas o de levantá-lo das profundezas e de dar-lhe significado. “O texto de Nora registra um momento singular de apagamento da memória do acontecimento do ‘ofício dos historiadores’ e, ao mesmo tempo, com extrema lucidez, liga a questão do acontecimento aos mídias” (BARBOSA, 2002).

De acordo com Eliseo Verón (1981: II), “os acontecimentos sociais não são objetos que se encontram já feitos em alguma parte na realidade e cujas propriedades e avatares nos

são dados a conhecer de imediato pelos meios com maior ou menor fidelidade. Apenas existem na medida em que esses meios os elaboram”. “Selecionar implica reconhecer que um caso é um acontecimento e não uma casual sucessão de coisas”. (TUCHMAN, 1977; 45)

Isso significa que o acontecimento deve ser compreendido como o resultado de uma dinâmica que envolve: i) diferentes contextos comunicativos concretos que dão origem a experiências e eventos diversos; ii) sua apreensão através dos modos operatórios próprios dos agentes midiáticos (agendamento, enquadramento, critérios de noticiabilidade, retórica, etc.); iii) a recepção ativa das informações e discursos, a qual também envolve a produção de contra-discursos e interpretações conflitantes.²

Entretanto, segundo Sodré “o acontecimento histórico ou científico é sempre uma generalidade e implica uma ruptura radical, um acréscimo, frente à situação instituída, voltada para a sua continuidade temporal. Inexiste a radicalidade dessa ruptura no acontecimento noticioso, uma vez que não está comprometido com qualquer invenção de um novo modo de ser e agir” (SODRÉ, 1999: 139). “A notícia impõe-se como um simulacro de experiência do acontecimento descontínuo” (SODRÉ, 1999: 145). Ele complementa, ainda, que existe uma diferença concreta entre notícia e acontecimento:

Notícia – relato jornalístico de acontecimentos tidos como relevantes para a compreensão do cotidiano – é propriamente uma forma narrativa, ou seja, um modo específico de se contar uma história. (...) Infere-se que o acontecimento (ou fato) e notícia não são a mesma coisa. Do ponto de vista do médium (jornal, rádio, tevê), o acontecimento é matéria-prima para o produto notícia que, por sua vez, pode constituir-se em acontecimento para o público (SODRÉ, 1999: 132).

Logo, entendemos a Noticiabilidade como os critérios utilizados pela mídia a fim de determinar a importância de um fato social, um acontecimento, e colocá-lo na posição de notícia. Se o acontecimento é visto como descontinuidade, constitui uma das barreiras da prática jornalística e está relacionado com imprevisibilidade, falha, excesso e inversão, como aponta Stuart Hall:

² Artigo publicado na revista eletrônica de Comunicação Verso e Reversos – 2007/2

Desastres, dramas, as travessuras diárias – engraçadas ou trágicas – do cidadão ordinário, as vidas dos ricos e poderosos, e ainda temas inesgotáveis, como futebol (no inverno) e críquete (no verão), todos encontram um espaço regular nas páginas dos jornais. Duas coisas emanam disto: a primeira é que os jornalistas tenderão a evidenciar os elementos extraordinários, dramáticos, trágicos, etc. na história com o objetivo de aumentar a validade da notícia; o segundo é que eventos os quais acumulam um grande número desses valores notícia obterão um maior potencial de notícia que outros (HALL, 1981: 336).

No mundo contemporâneo, o indivíduo reconhece a realidade social através dos fatos noticiosos. Os acontecimentos são jornalisticamente “transvalorizados” por um sistema logotécnico, o que converte a notícia em tecnologia, não apenas cognitiva, mas produtora de real, sugerindo identificação absoluta entre ver e crer (SODRÉ, 1999: 133). Podemos dizer que o ‘mercado livre’ em opiniões e na mídia é necessário para garantir a reconciliação das descontinuidades culturais entre um grupo e outro (HALL, 1981: 339).

Toda notícia supõe um fato, um relato e um público. O fato pode ser importante (por exemplo, um pequeno avanço numa pesquisa científica), mas só se torna comunicável como notícia se puder interessar a um número importante de pessoas. Não é nenhuma causa filosófica ou política de verdade que impulsiona a notícia, mas a acomodação da “opinião pública” (noção recente na História) a uma certa ordem de “verdades” já estabelecidas, em função de um princípio social de conservação (SODRÉ *apud* BECKER, 2001: 178).

Entre critérios gerais de noticiabilidade os quais permitam aplicar uma prática de seleção estável ao processo produtivo da notícia, podemos citar a intensidade, a proximidade, a surpresa, a composição ou diversificação de conteúdo, as características temporais, a previsibilidade, o valor de notícia, o custo de produção e os valores socioculturais (CANAVILHAS, 2001: 4)

Mas ao invés de apenas pensarmos por que a mídia nos impõe determinados assuntos, devemos entender, também, que ela nos mostra o que queremos ver. Assim funciona o mercado, o produtor oferece ao consumidor um produto com base em suas necessidades e desejos, não simplesmente o impõe. De acordo com Nilton Hernandes (2006: 18), o público funciona como co-autor da matéria, ou seja, ele influencia no ponto de vista e na escolha de um determinado acontecimento.

O fator relevante para a consolidação de uma notícia como verdadeira é principalmente a partilha dos mesmos valores do veículo e de seu destinatário. Além disso, a partir da prática jornalística de prover inteligibilidade aos fatos e, em escala maior, à sociedade, podemos afirmar que, ao mesmo tempo em que o jornal noticia acontecimentos com base nos valores do seu leitor, ele acaba assimilando uma série de valores, com os quais o público igualmente se identificará. Torna-se um círculo, portanto, o caminho da noticiabilidade.

Portanto, “perceber que a mídia eleva um fato à categoria de acontecimento parece importante, mas, sem dúvida, o mais relevante é caracterizar o próprio acontecimento contemporâneo: imprevisível, dramático, violento. Quais as razões dessa configuração?” (BARBOSA, 2002). Vale então pensarmos por que certos assuntos nos causam interesse, e como isso reflete a nossa cultura, nossos valores, e que prejuízos algumas construções nos podem trazer.

No caso do seqüestro do 499, apontamos a seguir os principais critérios para o episódio ter sido considerado com alto valor de notícia, o qual é moldado a partir da concepção de sociedade como ‘consenso’. Em oposição a este pano de fundo da percepção do evento com valor de notícia estão aqueles os quais parecem interromper a imutável calma consensual. O crime marca uma das mais importantes barreiras deste consenso (HALL, 1981: 351). Na pesquisa, a constituição de um crime foi, senão o principal, o primeiro apelo para posicionar o acontecimento no patamar de notícia.

A ameaça moral e cognitiva é escolhida pelo jornalista e então interpretada de acordo com a deduzível e pré-existente estrutura do paradigma. Isto é, primeiro, o evento é atípico, em segundo, o tal evento atípico se encaixa no estoque já existente de estereótipos de desvio (o típico atípico). Este processo de tradução é um procedimento de mão-dupla, pois não é apenas uma realidade traduzida em um estereótipo, mas são selecionadas aquelas partes de realidade do desviante, as quais são consonantes com os estereótipos de atipicidade (YOUNG, 1981: 397).

Também podemos afirmar que o interesse da mídia ocorreu por haver uma tragédia humana embutida no caso: o homem apaixonado havia sido deixado pela esposa, que juntos tinham três filhos, todo com menos de dez anos. Não convencido da separação, tenta reatar o casamento diversas vezes, sem sucesso. Num dia, o sujeito força a mulher a entrar no ônibus e rende o motorista. Testemunhas contam que o ambulante já agredia a ex-mulher

ao entrar no ônibus. Os dois choravam.

Para aumentar a carga emotiva da história, o homem afirma que a ex-esposa tramava a sua morte. Além disso, ameaça matar a esposa e se suicidar. Em certo momento, o homem grita: “Chama os repórteres! Chama os repórteres! Quero matá-la na frente da Globo”. Os passageiros, comovidos com o drama do homem armado, se negam a deixar o ônibus, com medo de conseqüências piores. Eles se ofereceram como escudo, com a condição de que ele desistisse de matar a ex-mulher³.

No artigo *Dramatização no telejornalismo*, a autora Teresa Cristina da Costa Neves (2005) afirma que a partir de critérios de noticiabilidade atuais “passa a importar menos o significado (político, social, cultural, etc.) do acontecimento, interessando mais a sua capacidade de despertar a curiosidade e prender a atenção do público. A devoção às regras do mercado propõe, afinal, a saída para o velho dilema jornalístico: dar ao público o que ele quer ou o que ele precisa?”.

Podemos citar, finalmente, a aproximação deste episódio com o fato de anos antes o seqüestro do ônibus 174 ter tido conseqüências desastrosas, como a morte do seqüestrador e de uma refém. A possibilidade de um desfecho próximo foi o gancho da imprensa no intuito de manter a atenção do público.

2.2 A influência do seqüestro do ônibus 174

O conhecimento do episódio do 499 por parte dos meios de comunicação se deu, provavelmente, por meio da chamada “ronda”. Como iremos tratar mais adiante, essa atividade busca diariamente os descompassos da sociedade, o que fora do ordinário acontece no nosso meio. Não é uma proposta da equipe de pauta ou sugestão de um repórter. Não tem a função de apenas cobrir um espaço na estrutura de produção jornalística, às vezes carente de fatos com valores-notícias. Não é um evento premeditado. Na cobertura criminal, não é necessário um “gancho” – por exemplo, a aparição do governador não seria a notícia, mas alguma fala sua que remetesse à repercussão de algum assunto corrente. Já o crime é a própria notícia.

³ Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) - www.alerj.rj.gov.br – notícia publicada em 30/11/2006.

As primeiras aparições do seqüestro no Portal G1 se tratavam de “notas” com aproximadamente cinco linhas e bastante distanciadas do acontecimento, as quais serviam para compor o quadro “Plantão”, comum em páginas de jornalismo web. Se ao contato inicial com o acontecimento este já fora colocado no patamar de notícia, no caso do on-line e provavelmente do rádio, o que o permitiu, portanto, que ele continuasse no noticiário e não fosse logo esquecido? Pois não são todas as notícias que são submetidas a um acompanhamento ao vivo, como foi o caso deste episódio.

Inicialmente podemos apontar como motivações a proximidade apresentada pela mídia entre esse caso e outro ocorrido seis anos antes, o qual alcançou os maiores índices de audiência daquele ano. No dia 12 de junho de 2000, Sandro do Nascimento seqüestrou o ônibus 174, no Jardim Botânico, zona sul do Rio de Janeiro, onde manteve dez pessoas presas por quatro horas e meia.

Ao descer do veículo, ele usou como escudo uma passageira, a professora Geisa Gonçalves. Um soldado atirou e o seqüestrador reagiu, atingindo a professora, que morreu. Dominado por policiais, Sandro do Nascimento foi levado para um carro da PM, e chegou morto ao hospital. Segundo a perícia, ele foi asfixiado. Em 2002, três PMs foram absolvidos da acusação de matar o seqüestrador⁴.

As primeiras referências ao seqüestro do ônibus 174 são percebidas já a partir da terceira notícia do G1, divulgada às 12h57. Em forma de resumo do evento, a matéria menciona que “o seqüestro culminou com a morte de uma das refêns” e que a Polícia agiu equivocadamente: “Um policial, tentando salvar a refêm, atirou na direção do seqüestrado, mas errou o tiro e Nascimento, conforme havia ameaçado, atirou contra a passageira”. Desde o início, portanto, a iminência de um novo desastre foi utilizada pela mídia para atrair a atenção do público.

Esses foram recursos narrativos para emocionar e manter a audiência durante a cobertura do episódio, e foram apresentados de maneira superficial pela imprensa, o que reforçaram a representação de Sandro como o estereótipo marginal brasileiro. Tais características podem trazer à tona o perfil da notícia jornalística e o seu papel na construção de significado social.

⁴ Portal G1 de notícias – www.g1.globo.com – material publicada no dia 10/11/2006__acesso 09/05/2008

Entendemos contextualizar como o ato de articular um conteúdo com a função de tornar compreensível um assunto, um fato, um texto, etc. Contextualizar é também problematizar. Segundo Stuart Hall (1981: 337), “um evento apenas faz sentido se ele pode estar localizado em um âmbito da identificação do conhecimento social e cultural”. Um acontecimento deve ser pensado como um ato que apenas possui significado dentro de uma cultura e como ele mesmo pode transformar essa cultura. Uma das atividades a qual o jornalismo toma para si é exatamente a de contextualizar os fatos a fim de fornecer inteligibilidade possível ao mundo. Sobre isso, Hall ainda complementa:

A identificação social, classificação e contextualização dos eventos noticiosos com base numa moldura específica são fundamentais para o processo pelo qual a mídia torna o mundo que reporta inteligível aos leitores e espectadores. Este processo de “tornar o evento inteligível” é um processo social – constituído por um número específico de práticas jornalísticas, as quais incorporam (frequentemente de forma implícita) afirmações cruciais sobre como é a sociedade e como ela funciona (HALL, 1981: 337)

Porém o que percebemos no seqüestro do 499, e dessa forma propomos uma reflexão para o âmbito geral de construção noticiosa, é que contextualizar, para mídia, significa lembrar fatos anteriores com alguma proximidade, obviamente, determinada pela própria mídia. Neste caso, o episódio do ônibus 174.

O seqüestro do 174, portanto, pode ser pensado de duas formas: por um lado, serviu como critério de noticiabilidade e motivação para manter o caso do 499 na mídia, por meio do viés tensivo. Por outro, remete à questão do contexto. Ele voltou a virar notícia para posicionar o seqüestro do ônibus 499 em uma incidência, com a igual função de fortificá-lo. Essa “contextualização” é visível principalmente em editoriais factuais, como as de Cidade e País, nas quais não existe afastamento temporal do fato noticioso e tampouco possibilidade de uma pesquisa aprofundada ou maior reflexão sobre o assunto.

A mídia, numa busca diária por novos fatos que consigam chocar ou ao menos prender a atenção do público, encaixa cada novo acontecimento na fôrma de um antigo, que já havia despertado a atenção do enunciatário. E determinar a relação entre um evento atual e outro na história, é resultado de subjetividade e de interesses. Dessa forma, contribui para a construção a priori do acontecimento, visto que não se pretende um novo acontecimento, mas a repetição de uma realidade anterior, ao mesmo tempo em que colabora para a consolidação de um único discurso.

Ainda quanto à contextualização na cobertura do 499, foram abordados também temas como a violência contra a mulher e o porte ilegal de armas, além do caso do 174. A imprensa traz à tona questões adormecidas, que ganham força estrondosa na sociedade civil, alimentando o assunto por mais tempo. O caso do João Hélio é enfático neste sentido, ao levantar a questão da maioridade penal. Já em relação ao 499, apenas o tema da violência contra a mulher ganhou vida útil, mas isso se deveu ao posicionamento de Cristina como exemplo de luta. Esse aspecto será aprofundado quando analisarmos detalhadamente o caso na mídia.

2.3 A construção de um acontecimento e de representações sociais pela mídia

Daniel Boorstin (1961) sugere, através do conceito de *pseudo-event*, que os meios de comunicação são capazes de produzir uma realidade própria, dando margem a uma nova ontologia de fatos sociais. A partir de um acontecimento já promovido à posição de notícia, quais são os mecanismos utilizados para a construção de uma determinada realidade e quais são as formas de representações sociais produzidos a partir desta prática? A pesquisa, a começar daqui, se voltará para a produção semântica da notícia em si, ou seja, os recursos retóricos empregados para produzir determinados efeitos no público. O que percebemos é que o discurso jornalístico atual, a fim de transformar o fato em notícia, remonta às construções poéticas e retóricas ainda da Antiguidade Clássica, por exemplo, de Aristóteles e Platão.

É Platão quem primeiro levanta a questão moderna da comunicação ao revisar o confronto entre dialética e retórica, mostrando que por um lado a questão consiste na articulação da essência da linguagem com as idéias (a cultura) e, por outro, na busca dos meios de revelação e transmissão de verdade. “Ao admitir a inclusão da retórica na arte do raciocínio (dialética), Platão sinaliza para a necessidade de convencer da filosofia e, portanto, para a impossibilidade de se construir o saber sem qualquer recurso retórico” (SODRÉ, 1999: 16).

Aristóteles desassocia a retórica da filosofia e a amplia aos demais saberes da sociedade. O caminho da retórica à persuasão, assim como o do jornalismo, é o de apresentar provas que, para Aristóteles, estariam divididas em categorias. As provas chamadas “independentes da arte” não são fornecidas pelo interlocutor, mas por testemunhos de outrem. Já as “dependentes da arte” podem ser fornecidas pelo método e por nossos próprios meios (ARISTÓTELES, 34).

Segundo a obra de Aristóteles, e que serviu de base para a busca da credibilidade jornalística, “obtem-se persuasão por efeito do caráter moral, quando o discurso procede de maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de confiança” (ARISTÓTELES, 34). Ao mesmo tempo em que ele mostra que o discurso deve estar atrelado à proferição da verdade, no qual se baseia a construção da objetividade jornalística, igualmente demonstra que o termo é frágil: “é pelo discurso que persuadimos, sempre que demonstramos a verdade ou o que parece ser a verdade, de acordo com o que, sobre cada assunto, é suscetível de persuadir” (ARISTÓTELES, 35). Agora direcionando a questão da retórica para os discursos em geral, especialmente às artes, Aristóteles afirma que “obtem-se a persuasão nos ouvintes quando o discurso os leva a sentir uma paixão, porque os juízos que proferimos, variam consoante experimentamos aflição ou alegria, amizade ou ódio” (ARISTÓTELES, 35).

E é em sua obra *Poética* que aprofunda os mecanismos persuasivos referentes à arte. Partindo da poesia, Aristóteles defende a arte como técnica (tecné) e imitação (mimese). Aristóteles também divide a arte poética em gêneros. Chegando ao gênero da tragédia, “é a imitação de uma ação completa com princípio, meio e fim, ação que deve comportar certa extensão. Seu objetivo é a catarse, ou mais exatamente obter, provocando compaixão e o temor, a purificação da emoção teatral. Os elementos são: a intriga, o caráter, a idéia ou pensamento, a dicção e a melodia: o espetáculo”⁵.

Em relação ao seqüestro do 499, esses mecanismos poéticos apareceram recorrentemente. A construção retórica aliada ao desenvolvimento narrativo levou à construção do episódio a partir da tragédia humana. Do ponto de vista dramático, o espetáculo midiático produziu a jovem protagonista e o monstro apaixonado antagonista. Também havia a intriga, na qual o homem ameaça a vida da moça e de vários inocentes.

⁵ Introdução do livro *Arte Poética*, de Aristóteles

Mas a trama é resolvida com a influência “sobrenatural”, externa. Se avançarmos um pouco mais, já com o caso resolvido, o casal volta a viver junto – como veremos detalhadamente adiante. A moça o perdoa, pois o amor é a única força realmente purificadora.

O sucessor de Aristóteles, Quintiliano, em seu *Manual de Retórica*, é quem primeiro propõe as perguntas essenciais *quis, quid, ubi, quibus auxiliis, cur, quomodo, quando*, as quais mais tarde transformam-se em *quem, o quê, como quando, onde e por quê*, assinalado pelo poeta inglês Ruyard Kipling como a seqüência germinal de toda narrativa e estrutura constante da notícia moderna (SODRÉ, 1999: 135).

A partir desta apresentação, podemos sugerir que toda notícia contém uma narrativa, cujo esquema é claramente retórico. E que os recursos narrativos e retóricos da notícia são os mesmos em qualquer obra que se pretenda persuasiva. Além disso, notamos que remonta da Antiguidade Clássica a consolidação do discurso como comprometido à verdade, e que para apresentar-se realmente persuasivo, este deve ser proferido por interlocutores que emanem credibilidade. Percebe-se que são estes os mesmos mecanismos do pacote norteamericano da objetividade jornalística.

Se no meio acadêmico já se ultrapassou a crença neste conceito de objetividade, ou melhor, já se percebeu a fragilidade do conceito, visto as influências sociais e subjetivas em qualquer produção humana, e também como este recurso está intimamente relacionado a relações de poder, o conceito ainda é utilizado eficazmente pela maioria dos veículos de comunicação, como forma de embutir credibilidade à notícia. Portanto, além da construção retórica com base na narrativa poética, percebemos que a fabricação da realidade ainda é a defesa de uma notícia isenta, que apenas apresenta a verdade.

O manual de jornalismo da Radiobrás (2006: 12), por exemplo, afirma: “Palavras como objetividade e apartidarismo ganharam o estatuto de atributos sagrados de tudo o que se confeccionavam no âmbito da empresa”. Isso porque o público é mais cauteloso com as inverdades ideológicas no sentido político. Quanto a outras construções sociais, como por exemplo, a questão do crime, esta se passa freqüentemente despercebida.

Também em função de certa homogeneização da cobertura criminal, diferentemente das múltiplas visões quando se trata de um fato eminentemente político-partidário. Como a grande mídia é basicamente composta pela elite, a compreensão do outro, no caso, classes sociais marginais, é concebida de um ponto de vista distanciado, amedrontado. “A elite não interfere diariamente na produção midiática. Ao contrário, ela forma um anel de aço em

volta da mídia: garantia de irracionalidade” (YOUNG, 1981: 397).

Em termos gerais os meios de comunicação (...) devem se ater a uma ideologia da representação cujo eixo fundamental continua sendo a sacrossanta “objetividade”. Ao ultrapassar a multiplicidade dos modos de construção, a eficácia das invariáveis do discurso termina por produzir uma unificação imaginária e valendo-se do poder de sua qualificação, o acontecimento se impõe na intersubjetividade dos agentes sociais. Os meios informativos são o lugar onde as sociedades industriais produzem nossa realidade (VERÓN, 1981: II).

Ainda com base no manual de jornalismo da Radiobrás, pode-se perceber que a empresa a priori se defende do fato de ser mantida por recursos do Estado. Eles trabalham, dessa forma, a partir de uma negação ainda mais forte de vínculos com o poder que os veículos ditos independentes. O receio de serem vistos como comprometidos com o Estado os faz reafirmar freqüentemente que o seu serviço de informar o cidadão não é um serviço subserviente, que “não somos mais chapa-branca”.

Para evitar a ligação da empresa pública com o poder político, a primeira mudança foi com relação ao público: “a Radiobrás abriu mão do entretenimento pelo jornalismo e seu jornalismo passou a servir ao cidadão brasileiro – não mais ao governo ou a quaisquer outros interesses”. Assim como profere o Manual de Redação da Folha de São Paulo (2001: 43), a função, aqui, é aumentar o raio de interesse da notícia por parte das pessoas.

Esse posicionamento da Radiobrás de certa maneira se refletiu na cobertura ao vivo do episódio. Primeiro que por ser uma empresa pública, não há concorrência. Então mesmo que houvesse uma cobrança pela constante apresentação de novos fatos, essa corrida não se dava na mesma medida que outros veículos de comunicação. Por outro lado, a estrutura de apuração de qualquer outro veículo era melhor que a da Radiobrás.

Além disso, a Radiobrás demonstrava ter bastante cuidado com os termos utilizados. Por exemplo, as referências a André Ribeiro eram justapostas à palavra “suposto”: “suposto criminoso”, “supostamente teria violentado sua ex-mulher”. Essa prática é recorrente na empresa, ou seja, não incriminar o indivíduo antes que seja julgado, mas no caso do seqüestro, era necessária exatamente pela dificuldade de apuração.

Com base no discurso de “informar o cidadão”, a Radiobrás tinha uma linha editorial bastante voltada à utilidade pública, além da promoção da cultura popular. O crime deveria aparecer no noticiário apenas se produzisse alguma conseqüência a uma

grande parte de cidadãos ou se pudesse ser contextualizado. Nesse sentido, o seqüestro produziu ambos os efeitos.

Ainda em relação à objetividade, nem todas as ações da mídia podem ser entendidas com a função exclusiva de manipular a opinião pública a determinado ponto de vista. Há uma tênue linha entre o consciente e inconsciente na produção jornalística. Isso não significa que o estabelecimento desta prática não encaixe o acontecimento em uma determinada moldura. Sobre isso, Jock Young discorre:

“O treinamento para um modelo consensual de interpretação da realidade é em termos de competência técnica. Os critérios da técnica profissional para provocar a rapidez de pensamento escondem a natureza política da tarefa. (...) O jornalista é envolvido em um ato de autocensura; ele é inconscientemente engajado em um ato de tradução da realidade dentro dos termos do paradigma vigente, uma tarefa motivada pelos problemas explanatórios no qual a realidade do desviante estabelece para o paradigma. Ele aceita que este à primeira vista viola o paradigma, mas no processo de tradução estereotipada o evento é emoldurado e logo ideologicamente explicado de uma maneira a qual reconstrói a barreira do paradigma” (YOUNG, 1981: 397).

O resultado de uma notícia freqüentemente está relacionado mais à automatização de atividades, que à intencionalidade conspiratória dos meios de comunicação. Muniz Sodré completa a proposição ao afirmar que:

A natureza mercantil da notícia não a define como pura mercadoria ou como resultado da manipulação voluntarista de profissionais. Na realidade, ela resulta de um conjunto de regras de produção, um código que, embora criado e modificado por jornalistas, é capaz de submeter por imperativo técnico os criadores. O código é fundamental para que o produto-notícia seja globalmente legitimado como forma de conhecimento do tempo presente, do cotidiano (SODRÉ, 1999: 136).

A falta de tempo, de estrutura física, de distanciamento, entre outras razões, origina um produto baseado na automação de jargões, de conceitos pré-estabelecidos, no senso comum. As frases feitas era uma constante na apuração do caso: em relação aos passageiros, era comum ouvir “foram momentos de muita tensão”, “eu pensei que ia morrer”, “ele não tem mãe”, etc.; no lado da polícia, “foi um trabalho integrado de pessoas especializadas”, “foi muito exaustivo, muito tenso” “nós não sabíamos o que ele poderia fazer” “esperávamos o pior” etc.

Assim evidenciamos que mesmo o acontecimento anômalo, o fato criminoso, é inserido num contexto da anormalidade dentro da organização social, o senso-comum da irregularidade, responsável por delimitar as possíveis interpretações da realidade. Por conseguinte, “o atípico, contrastado com o típico em excesso, descrito de uma forma estereotipada implica em um processo de notícia que envolve uma série de anomalias resolvidas. As vidas dos jornalistas possui uma surpresa institucionalizada, seu trabalho é traduzir surpresas em realidade dentro de termos providos pelo paradigma” (YOUNG, 1981: 397).

Assim, da mesma maneira em que a prática jornalística de “contextualizar” acarreta na elaboração de uma causalidade identificada no fato passado, essa forma de construção baseada na técnica jornalística produz efeito correlato. O senso comum, entendido como o conhecimento humano obtido por experiências passadas, coopera para a consolidação de um fato no que ele possui de antigo e não de novo. Dessa forma, repetimos uma compreensão já formada e não nos propomos a analisar o que de único possui o novo acontecimento, repetindo também, a realidade já estabelecida.

Nesse mesmo sentido, Muniz Sodré faz uma comparação entre o acontecimento histórico ou científico, os quais conferem radical ruptura à continuidade temporal, e o acontecimento jornalístico, no qual inexistente esse rompimento. E completa o fato de o acontecimento apenas fornecer dados para basear uma incidência.

Este não está comprometido com qualquer invenção de um modo de ser ou de agir. (...) O jornalismo opera a exorcização do que há de novo ou de ruptura no acontecimento, por meio de sua integração no sistema informativo. A “novidade” na notícia já é um singular estatisticamente esperado (o atropelamento, o crime passional, o ato de um governante, a decisão econômica etc.), mas cuja inscrição repetida na vida cotidiana mobiliza as opiniões correntes – a *doxa* – dos cidadãos, por lhes ser algo próximo e particular e porque nela há quase sempre algo que reivindica a crítica, a reflexão ou a revelação de um segredo. Mas não há exatamente ruptura e sim *ponto rítmico* na temporalidade cotidiana. Esta é a natureza do acontecimento noticioso. É como se o tempo fosse aí pensado por uma idéia de eternidade (uma espécie de eternidade moral dos valores) e se manifestasse ritmicamente por pequenos “perpétuos retornos” (a reincidência dos fatos noticiáveis). (SODRÉ, 1999: 139)

A construção retórica com base na narrativa, no discurso da objetividade, no código da prática jornalística são, dessa forma, responsáveis pela produção da notícia, assim como

a produção de cognições sociais. Como podemos perceber, o exercício desse maquinismo, apesar de muitas vezes isento de intencionalidade consciente, gera repetidamente as mesmas representações sociais, reforçando o discurso único, simplista e maniqueísta da sociedade. Voltaremos ainda estes mecanismos para compreender o caso do seqüestro do 499 no último capítulo.

2.4 As transmissões ao vivo

A linguagem narrativa da transmissão ao vivo possui recursos exclusivos à prática, produzindo efeitos específicos de construção da realidade. Por isso neste ponto discutiremos de uma forma mais geral a polêmica desencadeada entre pesquisadores diante desta concepção da notícia, assim, no último capítulo, trataremos desta questão diretamente no caso do 499.

A transmissão ao vivo reveste a história de clima de tensão e de veracidade. Martin Bell, no texto *In Harm's Way – reflections of a war zone thug* (1995) brinca que “se algum dia o telejornalismo fosse reinventado, poderíamos muito bem, descartar as transmissões de grandes eventos ‘ao vivo’ e considerá-las como um dos maiores fracassos dos anos 90, uma época em que o sensacionalismo se sobrepôs ao conteúdo”.

A uma velocidade determinada, a da informação, as coisas perdem seu sentido. Torna-se mais arriscado enunciar (ou denunciar) o apocalipse do tempo real, uma vez que é nesse momento precisamente que o acontecimento se desvanece e se converte em um buraco negro de que a luz já não pode escapar. A guerra implode em tempo real, toda comunicação, todo significado implodem em tempo real. Até o próprio apocalipse, como encerramento da catástrofe, resulta improvável (BAUDRILLARD *apud* MACHADO, 2002: 127).

O pesquisador Jean Baudrillard trabalha esse tema com base na Guerra do Golfo. Segundo ele, a guerra aconteceu no plano virtual. Foi a primeira guerra na qual milhares de espectadores a acompanharam como se tratasse de uma novela. Para ele, portanto, a guerra não teria acontecido.

Essa guerra passou-se numa espécie de computador gigante, à moda americana, e no hiperespaço. A guerra é um evento mais real e foi absorvida pela máquina de dissuasão. Houve imensa preparação, fogos

de artifício técnico, como em uma superprodução cinematográfica. Ao final, ficaram todos decepcionados, com a impressão de terem sido enganados. (BAUDRILLARD *apud* AMARAL e ROCHA, 2003: 4)

Isso porque a transmissão ao vivo cria um efeito de espetáculo que desloca o conteúdo informático para a forma, através das narrações em off, do flagrante, do olho da câmera como o olho do espectador. Além disso, o repórter fica restrito a uma situação de relator do óbvio, descrevendo as mesmas imagens que o telespectador assiste.

Já a crítica de Pierre Bourdieu se dá à velocidade de fabricação da mídia, a qual acarreta em produtos sem profundidade e pré-estabelecidos pelo mercado, o que não contribui para a edificação de inteligibilidade social. “Será que a televisão, ao dar a palavra a pensadores que supostamente pensam em velocidade acelerada, não está condenada a ter apenas *fast-thinkers*, pensadores que pensam mais rápido que sua sombra (...) A comunicação é instantânea porque, em certo sentido, ela não existe. Ou é apenas aparente (BOURDIEU, 1996: 40).

Ao contrário deste modo de produção, ele acredita que para se construir um raciocínio, um pensamento, o indivíduo precisa de tempo. “O pensamento é, por definição, subversivo: deve começar por desmontar as ‘idéias feitas’ e deve em seguida demonstrar. Quando Descartes fala de demonstração, ele fala de longas cadeias de razões (...) Ora, esse desdobramento do pensamento *pensante* está intrinsecamente ligado ao tempo (BOURDIEU, 1996: 41).

Entre os principais momentos do ao vivo, pode-se citar o “colocar em cena” muito parecido ao do teatro, que coincide com o que o telespectador vê; a filmagem, com decisão de ângulos, enquadramentos, movimentação de câmera; e a montagem, que se faz conceitualmente no campo ao mesmo tempo em que a filmagem (BECKER, 2001: 199). “Nas transmissões ao vivo os fatos são produzidos simultaneamente aos enunciados verbais. Este procedimento torna ainda mais tênue a fronteira entre o acontecimento e a narrativa” (BECKER, 2001: 200).

Apesar das muitas críticas à produção de conteúdo ao vivo, Arlindo Machado é um categórico defensor do mecanismo. Ele explica que os primórdios da televisão se davam ao vivo, o que foi responsável por desenvolver o repertório de recursos expressivos. Por isso este continua sendo o traço distintivo mais importante no universo do audiovisual (MACHADO, 2002: 125). Além disso, mesmo os programas gravados procuram ao

máximo imprimir uma carga de momentaneidade ao produto (MACHADO, 2002: 126). Apenas depois que se difundiu a televisão que se tornou regra a proibição do ao vivo, o que, segundo Machado, está relacionado à dominação política, principalmente durante o Golpe de Estado. A transmissão ao vivo era tolerada somente em exibições de partidas esportivas, desde que obtivesse com antecedência autorização da censura (MACHADO, 2002: 128).

Ele propõe, ainda, que a produção do acontecimento ao vivo não degrada o material nem prejudica a compreensão do evento. Na realidade, ele acredita que este mecanismo é eficiente em evitar as construções pré-estabelecidas pelo repórter.

O tempo presente, na verdade, em lugar de eliminar o pensamento, desafia-o a operar em condições de atuação e de atualidade, em pleno calor dos acontecimentos. Nesse sentido, pode-se dizer que a transmissão ao vivo é antagônica não ao pensamento propriamente dito, mas à digressão intelectual, ao “espírito absoluto” de que falava Marx e cujo modelo maior é dado pelo pensamento platônico das essências, instalação no mundo das idéias. A transmissão direta requer um pensamento vivo e em ação – aliás, o único pensamento possível, pois o contrário é mera erudição, enclausurada em bibliotecas ou academias e voltada apenas para a sua própria preservação (MACHADO, 2002: 130).

3. O CRIME E A MÍDIA

Esta parte da pesquisa visa analisar o tratamento dado ao criminoso pelos meios de comunicação. Dessa forma, vamos perceber como a sociedade contemporânea lida com a presença do outro, quais são as pré-construções e como isso está atrelado à construção de uma visão de mundo pouco plural e preconceituosa. Inicialmente, seria interessante pensarmos por que assinamos esse contrato com os meios de comunicação de aceitarmos o que nos é proposto. Como se dá esse relacionamento, essa conquista do público, por uma história de sofrimento que lhe é alheia.

Mais adiante propomos uma divisão entre dois tipos de crime: o passional, relacionado às paixões humanas, e o crime no qual a vítima não possui nenhuma relação de proximidade com o causador do sofrimento, que pode ser um assalto, ou mesmo um seqüestro. Como as causas embutidas em cada uma dessas concepções são bastante distintas, senão antagônicas, elas devem ser pensadas separadamente. O interessante no caso 499 é exatamente a ambigüidade do crime: passional, se pensarmos do ponto de vista da ex-mulher agredida, e de não-proximidade, em relação aos reféns dentro do ônibus.

3.1 O identificação do público com o crime na mídia

Nietzsche, em sua obra *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais* (2004: 98), entre outras idéias, faz uma proposição com relação ao homem moderno: ser moderno é desejar o acaso. Essa questão fica clara a partir de sua análise da condição humana geral: reconhecemo-nos como limitados, reconhecemos que há uma larga distância entre desejo e poder. Somos limitados para podermos viver em sociedade, portanto, é uma limitação da própria finalidade. O homem moderno, assim, se sente limitado pelas regras sociais.

O acontecimento inesperado, o acaso, é, dessa forma, da ordem do temor, pois rompe com a teia dos fins. Algo passa a não encaixar neste mundo ordenado. A noção de causa como a concebemos fica abalada. Por outro lado, quando o reino dos fins é sentido como uma teia, às vezes desejamos que o acaso aconteça, como reflexo de uma luta

humana contra a limitação. Se eu, indivíduo, não posso, alguém pode. E se eu não posso agora, um dia eu vou poder.

Nesse sentido podemos compreender o fascínio do homem pelo instável, seja o acidente, o crime ou o desastre natural, evidentes na mídia. A partir do ponto de vista desta pesquisa, se por um lado nos chocamos com um acontecimento criminoso, igualmente nos sentimos atraídos. Isso porque a ordenação limitante da sociedade mais uma vez sofreu uma ruptura. A teia da organização foi sacudida.

Já do ponto de vista psicológico, o poder da mídia de coerção e de produção de sentido se baseia essencialmente em processos de identificação com o receptor. De acordo com Freud, no livro *Vocabulário da Psicanálise*, “a identificação não é simples imitação, mas apropriação baseada na pretensão a uma etiologia comum; ela exprime um ‘tudo como se’ e relaciona-se com um elemento comum que permanece no inconsciente’. Este elemento comum é a fantasia” (LAPLANCHE, 2008: 228).

Além disso, da noção de identificação, também podemos inferir que “as instâncias da pessoa já não são descritas em termos de sistemas em que se inscrevem imagens, recordações, ‘conteúdos’ psíquicos, mas como resquícios, sob diversas modalidades, das relações de objeto (...) a) como forma originária do laço afetivo com o objeto (...) b) como substituto regressivo de uma escolha de objeto abandonada” (LAPLANCHE, 2008: 229).

Na sociedade contemporânea, a mídia satisfaz os instintos do indivíduo que foram retraídos pelo superego. A identificação se dá no plano catártico dessa necessidade instintiva à violência, desse fascínio pelo desastre no espetáculo de circo. No entanto, essa relação do espectador midiático com o perigo é ambígua: ele sofre a adrenalina do momento arriscado, principalmente na transmissão ao vivo, mas está confortavelmente em seu sofá, protegido do perigo real. Quando não lhe for mais suportável a cena, ele pode desligar-se.

O interessante é que no caso da transmissão televisiva o objeto é real, ou espelhado, e está bastante próximo do espectador, às vezes na mesma cidade, no mesmo bairro, o que fortalece o laço da identificação. O acontecimento é simultâneo, é próximo, mas não é presente. A identificação, portanto, se dá no âmbito da proteção mediada. Outro fator relevante para se pensar o processo de identificação é no que concerne à inversão dos valores morais, típica da sociedade contemporânea, responsável pela identificação do indivíduo com o transgressor, com o anti-herói.

A relação entre espectador, mídia e crime pode ser estabelecida também a partir do ponto de vista do Estado, da organização social. Por exemplo, para Muniz Sodré, o gozo pelo rompimento da teia social, pelo desequilíbrio das instituições, tem uma causa mais concreta. Ela se deve ao fato da submissão do indivíduo ao fenômeno da privatização na sociedade moderna. “Ao mesmo tempo em que o indivíduo – impossibilitado de participar ativamente da gestão coletiva – recolhe-se à sua existência privada, delega a outros a possibilidade de realizar imaginariamente seus desejos de movimentação externa. Instala-se aí o germe da sociedade do espetáculo contemporânea” (SODRÉ, 1999: 135). Ainda segundo ele, a notícia não tem a função de prover ao indivíduo uma coesão causal, mas o de aliviar o espírito do sujeito:

Pela conexão dos detalhes e das prováveis conseqüências do evento, a notícia gera um tipo de unidade que, segundo se presume, tranquiliza a consciência do indivíduo inseguro em face de dispersão humana na grande cidade, da vicissitude dos acontecimentos, da condição precária da identidade no espaço urbano, do desconhecimento das causas, da incidência trágica do acaso (SODRÉ, 1999: 133).

Outro viés a esta mesma conjectura, o fascínio pela instabilidade, é a do criminalista Jock Young, sendo que ele acrescenta a necessidade de o meio social deixar bem definido que o responsável por essa dispersão é “anormal”, e a ele existe uma penalidade à altura, com isso, a sociedade esperaria não incentivar o ato:

Notícias ruins traduzem a ordem do dia porque uma moralidade joga com a lei e a ordem, por um lado, e o desvio, por outro, tranquilizando as ansiedades das massas. A mídia seleciona anomalias de atores sociais e justiça e os transpõe dentro de novas estórias que em seu desenlace apóiam uma compatível etiologia (a qual não ameaça a ordem social) e um castigo apropriado (o qual balanceia o julgamento social). Demais, os grupos de desviantes selecionados são, na verdade, inócuos ou comparativamente baixos em qualquer lista de atividades anti-sociais (Young, 1981: 400).

Voltando à Nietzsche, em sua obra *Crepúsculo dos Ídolos*, ele apresenta a noção de causa a partir do que julga os principais equívocos humanos. O primeiro erro seria pensar a consciência como causa, enquanto seria o corpo a conseqüência. Nesse caso, ele acredita que sempre há algo de retrospectivo nas construções causais, e a moral é responsável por confundir causa e conseqüência. O segundo erro seria pensar que sempre há agentes responsáveis pelo acontecimento, um erro de uma falsa causalidade. O quarto e último erro

seria a invenção do livre arbítrio com o intuito maior de punir o outro, ou seja, se somos livres para escolher, e escolhermos viver contra a moralidade, seremos punidos (NIETZSCHE, 2006: 67 - 74).

O terceiro erro, mais relevante neste caso, refere-se às causas imaginárias, que faria parte do inconsciente do ser humano buscar causas para o que experimentamos. Não se admite um fato até que se dê a ele alguma motivação. Para explicar, ele propõe o exemplo de um indivíduo ouvir um tiro de canhão enquanto dorme. A partir dali, no sonho, ele vai criar toda uma significação para aquele ruído, já inserido no contexto onírico.

Ele ainda afirma que não apenas é natural, mas necessário ao humano moderno a criação de fins. “Ao reduzir algo desconhecido a algo conhecido alivia, tranquiliza, satisfaz, proporciona ademais um sentimento de poder. Com o desconhecido vêm dados os perigos, a inquietude, a preocupação, - o primeiro instinto funciona para eliminar os estados penosos. Primeiro axioma: uma explicação qualquer é melhor que nenhuma” (NIETZSCHE, 2006: 72). Nesse sentido, a busca pela causa vai influir em todas as atitudes humanas, e também na mídia. No entanto, tentaremos perceber como são construídas essas relações causais e que conseqüências sociais emanam dela.

3.2 O crime de não-proximidade

O discurso midiático se baseia exatamente na concepção de mundo como construção causal. O acontecimento não é tratado como uma contingência. Percebe-se, portanto, uma construção midiática que ao buscar sentido para o sofrimento, não o entende como natural, logo, seria um sofrimento evitável e injustificado. Pois “se o acontecimento é tido como necessário, por mais sofrimento que tenha provocado, os indivíduos suportam e seguem com a vida. Se sua origem é humana, mesmo o que antes seria visto como mero incômodo torna-se ocasião para os indivíduos se conceberem como vítimas e ventilarem sua indignação” (VAZ, 2008: 55).

À questão do sofrimento evitável, soma-se também a idéia de que ele poderia ter acontecido com qualquer um e que pode acontecer novamente (VAZ, 2006: 4). Segundo

Paulo Vaz (2006: 9), numa análise entre as notícias de crime do jornal O Globo nos anos de 1983 e 2001, percebe-se o aumento de crimes cometidos por estranhos no espaço público e com seleção aleatória de vítimas. “Esse índice é o modo de apreender uma mudança na identificação da audiência: em 1983, com a possibilidade de ela também cometer um dado crime; em 2001, com a possibilidade de se tornar vítima” (VAZ, 2006: 9). Contraditoriamente, uma pesquisa mostra que “95% das mortes por arma de fogo em São Paulo são provocadas por rixa entre vizinhos, vingança, acidentes domésticos, crimes passionais e brigas de rua e 5% são casos de assaltos seguidos de morte” (LISSOVSKY e VAZ, 2007: 13).

“No caso do Rio de Janeiro, um primeiro modo de construir a possibilidade de repetição futura é a própria cotidianidade de notícias sobre crimes similares” (VAZ, 2007: 5). A mídia reforça o caso do 499 quando o iguala ao episódio do 174, colocando-o no âmbito dos seqüestros urbanos. O indivíduo estaria sujeito a ser violentado pelo simples fato de andar de ônibus. “A tendência de quem consome tal notícia é pensar que também poderia ter sido a vítima e que foi só por alguma decisão banal que não se tornou o alvo do criminoso” (VAZ, 2007: 3).

Para exemplificar, me acordo de ter conversado com um curioso durante o desenvolver do seqüestro e a primeira frase que lhe vira à cabeça era nunca mais pegar o ônibus 499 – numa iminente vontade de expressar nunca mais pegar ônibus. Apesar de não ter sofrido diretamente a ação, ele se sentiu igualmente invadido, compadecido, amedrontado de que lhe acontecesse algo parecido. Houve uma identificação entre ele e as vítimas. E é esse tipo de proximidade que a mídia tenta estabelecer entre o espectador e a vítima do crime.

Além desse processo de vitimização virtual que produz uma concepção de medo por meio da alteridade, desencadeada pelo jornalismo contemporâneo, outra consequência da forma como se concebe a contextualização da notícia de crimes sem relação de proximidade é definindo os possíveis culpados para o acontecimento criminoso. Voltemos, por conseguinte, à proposição de acaso em contraposição à finalidade, ou seja, na lógica da pós-modernidade, o homem teria criado um sentido ao mundo para poder explicá-lo.

A imprensa pós-moderna, com o intuito de encontrar o significado de todas as coisas, na verdade busca os culpados pelo sofrimento humano. Sendo que para isso, precisa-se escolher uma vítima, uma moral e o imoral que vai ocasionar o mal estar. E

geralmente a culpa recai sobre o Estado, negligente, incapaz de evitar o infortúnio de vítimas inocentes. A ele recaem as mais variadas culpas, no caso da pesquisa, a inabilidade de impedir o deflagrar de um crime, seja qual for. Como reflexo de uma sociedade que em tudo busca uma causa, se Deus perdeu este posto, ou seja, se antes a frase proferida era “Sofremos porque Deus quis assim”, agora o Estado o assumiu, e o que escutamos é “Sofremos porque o Estado é negligente e corrupto” (VAZ, 2008). “A imprensa desempenha, a partir do século XIX, uma função mediadora entre sociedade e Estado, progressivamente separados” (SODRÉ, 1999: 68).

Como veremos adiante, esse discurso é amplamente reforçado pela mídia na voz de Cristina, responsabilizando a Polícia pelo seqüestro, já que a corporação não teria prendido André, quando ela foi à delegacia dar queixa. A proposição aqui, não é compactuar com a violência contra a mulher, e sim, perceber como se dá a construção causal: o fato de a polícia não o ter prendido antes é a causa para a ocorrência do seqüestro?

A função pós-moderna do jornalismo, dessa forma, é denunciar constantemente a imoralidade. É uma visão da mídia como protetora da sociedade, na ausência de um Estado capaz de prover os direitos de bem estar. “Sua (da imprensa) capacidade de denunciar ocultamentos e irregularidades colocava-a numa posição análoga à do Ministério Público, com seus procuradores e promotores de justiça investidos do poder estatal de denúncia jurídica. Igualmente, sua capacidade de suscitar ou de defender causas públicas ou de empreendimentos de modernização social” (SODRÉ, 1999: 67).

É por isso, portanto, que uma das primeiras práticas jornalísticas, antes de definido o que será notícia, é a chamada “ronda”: um repórter liga para todas as instituições de proteção social, como Defesa Civil, Polícia, Governo etc. em busca de um desastre, de uma imoralidade. A lógica jornalística está fundada na procura de catástrofes. E essa lógica já foi assimilada pela sociedade, como responsabilidade do jornalista. Ninguém da sociedade civil liga para a redação de um jornal propondo uma pauta com viés positivo. Se isso acontece, são sugestões de assessorias de imprensa, ou de autopromoção e divulgação de algum evento ou feito. As ligações estão sempre ligadas a uma imoralidade, geralmente do Estado, das mais simples às mais complexas.

Ao mesmo tempo que os noticiários neutralizam os conflitos e contradições do cotidiano, oferecem suportes de modelos de representação do mundo para

manter a ordem social. Ivana Bentes defende que o vazio deixado por um Estado e por uma sociedade enfraquecidos é preenchido pelos meios de comunicação, que se vendem como serviços de utilidade pública. “A televisão vira show de justiça, combinando cobertura policial e serviços de defesa do consumidor. Segundo Rondelli, os sucessivos episódios de corrupção política, que também se constituem como uma violência pública, acabam por desmoralizar e deixar desacreditada a instituição do Estado (BECKER, 2001: 187).

Porém, essa estrutura possui alguns problemas. Essa atitude da imprensa, de protetora do povo contra as mazelas causadas pelo Estado, é apenas reflexo da ausência do Estado ou uma tomada de posição, uma assunção do poder? Igualmente problemático é definir o que é imoralidade em uma sociedade sem regra moral clara, como a que estamos vivendo. Quem define isso acaba sendo a própria mídia. Ela cria o que é moral e quem é imoral, ela é capaz de criar uma realidade própria, mas assimilada que, erroneamente, é transposta a qualquer contexto. A realidade midiática passa a funcionar como a nossa realidade real. A partir daí, Martins (2000) sugere que “a mídia aparece cada vez menos como causa do homem e cada vez mais como finalidade de ser o próprio mundo”. Nesse sentido, “o mundo deixou de revelar-se ao homem e passou a ser uma revelação feita pelo próprio homem para si mesmo”; complemento, com a fundamental intermediação da mídia.

E o sentido de causa na modernidade está relacionado às questões sociais, ou seja, geralmente relacionado ao tema da injustiça social. Porém como a mídia é estruturada pela elite, a injustiça não tem a função de entrar na questão na qual quem sofre é o pobre, ao contrário, quem sofre é o rico, sujeito à ação criminal do pobre. E “à medida que aumenta o número de sofrimentos que desejamos ser evitáveis, mais moralidade será demandada daqueles cuja ação é presumida ter o poder de evitar esses acontecimentos e mais necessário será conceber os que causam sofrimentos como profundamente ‘imorais’, talvez monstruosos” (VAZ, 2008: 57). Se por um lado, vivemos uma crise de paradigmas éticos, por outro, agimos dentro de uma regrada moralidade culpabilizante.

Com isso, a mídia, que assume o discurso de protetora, acaba reafirmando esta diferença ou transfere toda a culpa para o Estado. As classes altas, nunca culpadas, são freqüentemente estimuladas pela mídia a agir, mas em um ato de extrema solidariedade e quando o Estado é incapaz de diminuir o sofrimento – como a doação de sangue durante a crise de dengue no início de 2008.

Diante dos freqüentes crimes de não-proximidade o que se percebe é uma inversão do pensamento moderno, calcado nas causas sociais: o Estado é culpado, não porque não ofereceu as condições sociais de sobrevivência ao indivíduo, mas porque foi incapaz de coibir o ato criminoso. Jock Young propõe, num âmbito mais global, como funcionaria esta inversão:

O processo de inversão ideológica ocorre nesta questão: por que existem problemas na sociedade capitalista? Nós temos a resposta: por causa das greves e do crime; não porque o Capitalismo inevitavelmente produz greves e crime. O problema mostra que há manchas no Capitalismo e a solução da enfermidade é remover estas manchas para não se precisar mudar o sistema (YOUNG, 1981: 402).

No filme documentário – caso do 174 – o culpado permanece sendo o Estado imoral, porém a tese defendida é a da construção social do indivíduo com a justificada culminação do ato criminoso, o seqüestro do ônibus. Já do ponto de vista passional, em relação ao seqüestro do 499, a noção de culpa do Estado fica abalada, pois é mais difícil encontrar a culpa do Estado em um descontrole emocional de um sujeito ao cometer um crime. No entanto, a relação de causa continua a mesma: André cometeu o crime porque o Estado não o coibiu.

O fato de os reféns, ao final do episódio, se negarem a sair do ônibus é também um aspecto relevante, que de certa forma abala a construção causal de medo do outro. Essa atitude por parte dos passageiros remete ao fenômeno conhecido como Síndrome de Estocolmo. Sobre este comportamento explica-se que ele se manifesta por: “a) sentimento de simpatia do agressor por parte da vítima em relação ao agressor; b) sentimento de simpatia do agressor em relação à vítima”⁶.

Nas relações torturador-vítima, também se estabelecem vínculos identificatórios, transferenciais, de grande intensidade, potencializados pela situação limite mesma e aproveitados, muitas vezes, pelos próprios torturadores para "seduzir" as vítimas (...) Lembremos alguns trabalhos de Eduardo Pavlovsky, psicanalista, institucionalista e dramaturgo argentino, que tem mergulhado nas profundezas desses vínculos inconscientes onde a vítima pode identificar-se com o seu torturador até o ponto de sentir "amor" por ele. Os sentimentos de culpabilidade podem ser intensos, tanto nesse caso como

⁶ Política criminal, criminologia e vitimologia. MC de Almeida Duarte - <jus2.uol.com.br> __ acesso 10/09/2007

naqueles em que a vítima foi "quebrada", ou simplesmente pelo fato de ter sobrevivido, enquanto os outros morreram (MARTIN, 2005: ...).

Podemos entender a atitude dos reféns no caso do 499 a partir de uma conduta histórica por parte dos envolvidos, já que faziam parte de um grande acontecimento e estavam em um posição de foco. O medo do agressor é substituído por um sentimento narcisista de estar no centro das atenções. Mas de outra forma, evidencia que a construção pela mídia do indivíduo temido pode ter sido exagerada. Os últimos reféns, ao saírem do ônibus, diziam ter percebido que André Ribeiro não era assassino e que seu problema era apenas com a ex-mulher. Durante os depoimentos na delegacia e posteriormente sob júízo, os reféns ratificaram o argumento, acrescentando que André sentira medo de toda a estrutura policial montada diante dele, por isso teria ficado acuado dentro do ônibus, e que ele passava por momentos de profundo estresse emocional.

Como podemos perceber, a percepção do seqüestro pelo crime de não-proximidade estabelece alguns tipos de posicionamento pela mídia: primeiro, a produção de medo pela alteridade, por meio da possibilidade constante de o indivíduo sofrer uma violência; e a definição concreta de culpados pela imoralidade social. O resultado disto é uma concepção simplista e determinista da forma como o desvio deve ser meramente excluído da organização social.

3.3 O Crime passional

O caso do 499 teve sua primeira aparição na mídia pelo âmbito do crime de não-proximidade, ou seja, pelo seqüestro do ônibus. Mas ele se sustentou equanimente pelo viés do crime passional. Por isso, buscaremos compreender como o jornalismo contemporâneo enxerga esse tipo de crime, propondo uma comparação histórica entre as notícias criminais de 1983 e 2001. Com base na pesquisa empírica de Paulo Vaz (2006: 8), percebe-se que “das notícias onde foi possível identificar a relação, em 2001, apenas 9,6% (n=5) dos crimes foram cometidos por conhecidos. Em 1983, porém, a percentagem era bem maior, 28,6% (n=22). Destas 22, 18 são notícias de homicídio e 4 de lesão corporal, ou seja, 42% e 50%, respectivamente, desses dois tipos de atos criminosos são cometidos por

pessoa da família, amigo, namorado(a), cônjuge, colega de trabalho, etc.”. Além disso, em uma passagem pelas edições do jornal “O Globo” entre os dias 4 e 18 de junho de 2008, duas semanas, não se encontrou nenhuma notícia de crime passional. Logo, percebe-se uma contínua tendência ao seu desaparecimento dos diários noticiosos.

Não encontrar essa notícia no jornal é entender que ela não é mais uma necessidade do receptor. Para pensarmos como se deu essa mudança histórica, propomos uma análise mais detalhada de crimes passionais publicados pelo jornal O Globo em 1983 e 1984. Inicialmente, notamos que o foco era menos direcionado à classe média carioca. A favela e as regiões mais pobres protagonizavam o drama, no papel de vítimas, e não apenas responsáveis pelo sofrimento, como vemos atualmente. Também os criminosos eram personificados, tinham nome, endereço, história de vida, ao contrário de serem tratados apenas de “traficante”, “bandido”, “morador de favela”, evidente no jornalismo atual, como observa Paulo Vaz: “O desrespeito pela vida alheia e a frieza, isto é, a desconsideração do sofrimento que inflige, passam a dar o contorno da face do estranho que podemos encontrar na cidade, tornando-o um monstro” (2003:12).

Na notícia de 1984, em que um homem matara a facadas a esposa e dissera que havia sido suicídio, a fala da própria Polícia fundamenta o ato: “os policiais informaram que Daniel sofreu há tempos acidente automobilístico e teve ferimentos na cabeça que o deixaram perturbado, o que, segundo eles, explica o fato de ter apresentado a versão de suicídio para o assassinato”⁷. O mesmo discurso é utilizado na notícia em que um homem fora morto a pauladas por ex-cunhados. Segundo a ex-mulher do assassinado, “Paulo César (a vítima) era ladrão de feira, estava embriagado e tentou matar seus irmãos a facadas e que há seis meses assassinou o ex-sogro Otacílio Antônio de Oliveira, de 68 anos, também a facadas”⁸. Depois de lermos esta informação, temos fundamentos para tentar compreender as razões dos assassinatos.

O desequilíbrio emocional é também um ponto forte na apresentação de crimes passionais nessa época. Exemplo disto, freqüentemente as notícias divulgavam o fato de que o criminoso chorava copiosamente ao ser descoberto. Apesar de o título da reportagem “Madrasta prendia gêmeos na coleira e os queimava”⁹ parecer extremamente cruel, somos

⁷ Jornal O Globo – 23/01/1984 – pág. 8

⁸ Ibidem

⁹ Jornal O Globo – 03/09/1983 – pág.

informados de que ela estava “sempre chorando” no caminho à delegacia, demonstrando uma espécie de arrependimento ou no mínimo medo pelas conseqüências do crime.

Além disso, a matéria informa que a responsável pela tortura teria sido a única a aceitar cuidar dos gêmeos quando a mãe morreria. Na voz da própria criminosa ela confessa: “Até já gosto deles, mas eles não têm jeito, são terríveis e eu fico desesperada. A menina tem problemas psiquiátricos e forte disritmia. Os dois já repetiram a primeira série do Primeiro Grau quatro vezes e estudavam no melhor colégio de Jacarepaguá”. A fala da amiga da criminosa: “elas (as torturas) eram aplicadas quando os gêmeos faziam travessuras” e do marido: “Selma não teve condições físicas nem mentais, por sua pouca idade (25 anos), de suportar crianças tão mal acostumadas” corroboram a justificativa.

Se compararmos a matéria de 2008: “Menina de 12 anos é encontrada com sinais de tortura em casa de empresária de Goiânia”¹⁰, com subtítulo “Crueldade”, perceberemos um ponto de vista bastante diferente, senão oposto. A fala da delegada responsável pelo caso dá o tom da notícia: “Só a psiquiatria pode explicar o que é tamanha crueldade”. Ao invés de mostrar-se emocionalmente abalada, como a culpada da matéria acima, “a empresária, que têm três filhos, de 3, 21 e 20 anos, reagiu irritada à prisão e disse que só falará em juízo”. Além disso, a defesa na notícia foi basicamente pela vítima inocente – no caso anterior os gêmeos nem têm voz –, como vemos nesta fala da menina torturada: “Pedia ajuda a Deus. Agora, quero ser feliz com meu pai e estudar. E ter minha bicicleta”.

Percebemos, portanto, que o personagem principal da notícia de crime antigo era exatamente o desviante. Conhecíamos sua personalidade, sua relação com a vítima, suas motivações para o cometimento do crime. A construção da trajetória do crime raramente mostrava um criminoso como abominável. Ele agia a partir de um descontrole emocional. Podemos arriscar, inclusive, que o personagem do crime passional era ambíguo, complexo; ao lermos a notícia receamos de julgá-lo. Ao contrário, o criminoso atual, seja passional ou sem relação com a vítima, é imotivado, desprezível, inumano. Nesse sentido, percebemos um retrocesso: o medo pela violência aumenta, pois não se tratam de seres humanizados; enxergamos o delinqüente a partir de uma fôrma, o padronizamos; a maneira como ele será tratado, com isso, será igualmente uniformizada. E isso não colabora para a diminuição da criminalidade.

¹⁰ Globo On-line – 17/03/2008 -

Logo, uma diferença importante entre as duas épocas é no que tange a identificação com o criminoso. No passado, o crime determinado pelas paixões humanas poderia ocorrer a todos. Mas atualmente, apenas as famílias profundamente desestabilizadas estão sujeitas a enfrentarem uma crise deste porte. “O que se pensava haver na mente do outro (em 1983) é a paixão que perturba qualquer um; em 2001, a falta de empatia de psicopatas” (VAZ, 2003: 14). Para ilustrar, vemos que a matéria “Bandido apaixonado jura de morte todos os rapazes de uma rua” narra a seguinte estória: “um bandido cujo nome ninguém no lugar se atreve a revelar, chefe de uma quadrilha de entorpecentes, jurou que matará todos os rapazes da Rua Guaíba, porque um deles namora uma moça por quem ele é apaixonado” (Vaz, 2003: 13). Chegamos a sentir pena do pobre homem apaixonado neste caso, sofremos um processo de identificação com sua dor. Em contraposição, o episódio que “chocou o Brasil” muito recentemente, em março de 2008, de Isabela Nardoni, gerou um distanciamento tal entre o espectador e a vítima, que muitas pessoas queriam “fazer justiça com as próprias mãos”.

Ao contrário do crime de não-proximidade, o passional não desperta o medo na audiência de tornar-se vítima. O apelo, portanto, é a partir do drama humano, da narrativa em si. É de tensão, mas pela história. Nesse sentido, entre dois crimes passionais cometidos por casais, um em 1983 e o outro o objeto de estudo da pesquisa, a primeira semelhança é com relação à ausência de um lead tradicional. Ambos começam a história a partir da ambientação do assunto: “O fim de um casamento de dez anos, que unia um homem extremamente ciumento a uma mulher cansada das desconfianças do marido (...)”¹¹, no caso do 499, e “José Eduardo Oliveira Abraão, 29 anos, casado e pai de uma menina de 4 anos, está internado no Hospital Souza Aguiar com um tiro na boca”¹².

A linguagem para esse tipo de crime, com forte carga literária, também é diferenciada da maioria das coberturas, inclusive criminais. As participações das famílias no texto possuem a mesma função dramática de climatização da ficção, como notamos nas duas passagens a seguir, sendo a primeira, do caso 499:

A família, preocupada com a reação de André (pela separação), conseguiu convencê-lo a passar um mês no interior do estado. De nada adiantou. Na volta, o apaixonado e inconformado ex-marido tentou suicidar-se. Mas a violência

¹¹ Jornal O Globo – 11/11/2006 – pág. 16

¹² Jornal O Globo – 03/02/83 – pág. 16

não foi apenas contra ele próprio. Cristina registrou duas queixas na Delegacia Especial de Atendimento à Mulher de Nova Iguaçu contra o ex-marido. No dia 2 de agosto, ele a manteve em cárcere privado num motel. No mês seguinte, deu mostras de que nunca ouviu o bordão, “quem ama não mata” (...) ¹³

Mas José Eduardo já foi diferente. Ele era um rapaz “calmo e sensato, tolerante e equilibrado”, segundo seu pai (...). Tudo mudou depois que José Eduardo perdeu uma perna esquerda em um acidente de moto, diz seu pai. Ele era “motociclista fanático e sua personalidade modificou com o trauma”, segundo seus amigos.

Na sala do apartamento – que fica no primeiro andar –, a recordação de um passado que não poderá voltar jamais: uma motocicleta Honda de 550cc, cor cinza, toda empoeirada. José Eduardo nunca mais poderá usá-la (...) Ele passava dias olhando para a motocicleta, contavam. ¹⁴

Desse viés, pode-se afirmar que ambas as épocas exploram os recursos narrativos do acontecimento. Na década de 80, no entanto, a redação de crimes passionais ainda possuía forte carga rodriguiana, que fazia da família seu alvo de ataque, por meio do choque moral:

Os ‘ideaistipos’ que constituem as criações rodrigueanas, ao se manifestarem pela aparência desagradável do grotesco – kitsch ou pornográfico –, constroem a visão moral da vida, inerente à obra. Por outro lado, o ponto de vista do homem comum, do ‘brasileiro médio’, se, em princípio funciona como recurso persuasório de aproximação com o leitor – sobretudo em referências a hábitos de classe –, pode também, quando radicalizado em termos morais, espantar ou ainda produzir uma espécie de rejeição (...). (DIAS, 2005: 104)

Nelson Rodrigues conseguia manter o cruzamento tanto entre a realidade e a ficção, o humorismo e a seriedade, o depoimento e a passionalidade, o que “constitui a temperatura da reminiscência, sempre distendida na corda bamba entre as ‘fixações inarredáveis’ e a vivência sensível da cidade como o ‘grande teatro do mundo’” (DIAS, 2005: 107). E como já ressaltamos anteriormente, a identificação com o texto, agora do ponto da narrativa, se dá no âmbito catártico do desastre:

Morbidez? Sensacionalismo? Não. E explico: a ficção, para ser purificadora, precisa ser atroz. O personagem é vil, para que não o sejamos. Ele realiza a miséria inconfessa de cada um de nós. [...] No “Crime e castigo”, Raskolnikov mata uma velha e, no mesmo instante, o ódio social que fermenta em nós estará diminuído, aplacado. Ele matou por todos. E, no teatro, que é mais plástico,

¹³ Jornal O Globo – 11/11/2006

¹⁴ Jornal O Globo – 03/02/83

direto, e de um impacto tão mais puro, esse fenômeno de transferência torna-se mais válido. Para salvar a platéia, é preciso encher o palco de assassinos, de adúlteros, de insanos e, em suma, de uma rajada de monstros. São os nossos monstros, dos quais eventualmente nos libertamos, para depois recriá-los (CASTRO, 1992: 273).

Apesar da revolução comportamental das décadas de 60 e 70, o povo dos anos 80 acabava de se livrar das amarras da Ditadura. Demais, sem o avanço massivo da globalização, o indivíduo ainda preocupava-se com o que estava ao seu alcance. A fronteira era a família, o vizinho; a concepção de mundo era do que estava mais próximo. O público estabelecia uma identificação com crimes cometidos dentro do âmbito de proximidade. A instituição familiar dispunha de mais força decisória na ontologia do sujeito e era mais moralista. Exemplo desse tipo de comportamento foi a publicação pelo O Globo em setembro 18 de setembro de 1983 da notícia “Do namoro em casa ao crime de sedução”. Nele um rapaz “bem intencionado” e com promessas de casamento, acabou engravidando uma moça e desapareceu. “Revoltados, os pais de M. processaram Jorge por crime de sedução”.

Atualmente, a família não possui este papel nuclear. Entre as mudanças percebidas no seio da família especialmente no século XXI, que igualmente são consequência do contexto social e razões para o aprofundamento da crise familiar, citamos a introdução da mulher no mercado de trabalho, o processo de socialização da criança cada vez mais terceirizado (creches, escolas, natação, inglês, informática etc.), a limitação do número de filhos, a fertilização e reprodução assistida.

Ademais, o Brasil apresenta nos últimos vinte anos um franco crescimento das famílias monoparentais (onde apenas um dos pais reside com seus filhos), chegando perto de 1/3 das famílias brasileiras. Pesquisas recentes, como as realizadas pela Consultoria em Políticas Públicas (CPP), revelam que nas famílias de classe média, o tempo de convívio familiar se reduz a seis horas diárias, sendo que três delas ocorrem à noite, quando a família sofre uma verdadeira ‘diáspora tecnológica’, dividida entre aparelhos de televisão e informática (SIMONATO, 2002: 3).

Do ponto de vista jurídico, há a legalização do divórcio e o reconhecimento das relações homossexuais. Além disso, a Constituição Federal de 1988 representou um marco na evolução do conceito de família, ao corporificar o conceito de Lévy-Brul, de que o traço dominante da evolução da família é sua tendência a se tornar um grupo cada vez menos

organizado e hierarquizado e que cada vez mais se funda na afeição mútua (SIMIONATO *apud* GENOFRE, 2002: 1).

Outro fator que chama a atenção para o caso do crime passional é no que tange à tendência da mídia de atrelar o fato a transtornos psicológicos por parte do criminoso. Em um crime de não-proximidade, especialmente na conjuntura contemporânea, o remetemos às causas sociais. Já o crime passional é mais difícil de ser compreendido do âmbito da causalidade. É difícil compreender a atrocidade e a frieza no cometimento de terminados crimes. Por isso tendemos a concebê-los como fruto de atitudes insanas. Isso é também reflexo do sobrepujamento da ciência como modelo de verdade. As reações emocionais tendem a ter inscrições genéticas, a estarem inseridas na lógica do DNA.

Além de ser uma tendência da própria mídia de construção causal, é também uma forma como parte da defesa de desresponsabilizar o réu. A publicação sobre o seqüestro do 499 afirma que “para especialistas, um narcisista com personalidade doentia”¹⁵, na qual o seqüestrador precisaria de tratamento psiquiátrico devido a seu comportamento autoritário e pelo ciúme patológico.

A família, portanto, saiu da esfera particular para a esfera pública, ou seja, não são mais instituições restritas e fechadas, cheias de mistério. Ela como tema, perdeu seu encanto. Isso se reflete na forma como a família é retratada pela mídia, de uma maneira mais distanciada, mais do ponto de vista científico, legal etc., que humano. Por outro lado, quando a imprensa se propõe a tratar da questão família em crise, uma importante diferença com relação às duas épocas é no que concerne ao significativo ganho narrativo com o desenvolvimento do audiovisual. Do consumo do folhetim rodriguiano, do romance policial, passamos a viver a própria realidade cinematográfica. É por isso que podemos analisar o episódio do ponto dos personagens, da estória, da linguagem e do conflito.

O que se pode perceber, inicialmente, é que mesmo em tempos de personagens ambíguos, no conto do seqüestro do 499, a narrativa é marcadamente maniqueísta. De acordo com Gubern, a decadência da narrativa clássica norte-americana, a partir dos anos após a II Guerra Mundial, com o Cinema Noir e com as vanguardas européias, mas com sua intensificação no século XXI, produziu um olhar mais heterogêneo sobre o mundo.

¹⁵ Jornal O Globo – 11/11/2006 – pág. 16

Falido todo o conformismo ético, o cinema passa pelo clima de “crise moral” que reina o ambiente e tumultua o velho, respeitado, estável e tranqüilizantes esquema do Bem enfrentado e vencedor do Mal, imergindo seus personagens (sejam detetives ou gangsteres) em um banho de absoluta ambigüidade moral. A desapareção do maniqueísmo distinto entre “bons” e “maus” tem relação com a divulgação massiva e popularizada das doutrinas psicanalísticas (...) O delinqüente é agora um ser patológico ou um produto de determinadas circunstâncias sociais e, em conseqüência, os criminosos deixarão de ser monstros de maldade imotivada, para se converterem nos gangsteres humanizados (GUBERN, 2006: 304).

Mesmo com esse fenômeno, a cobertura midiática, no caso do ônibus 499, seguiu os preceitos da narrativa clássica, onde há um vilão de motivação torpe e a mocinha, ao mesmo tempo heroína e indefesa. Além disso, são evidentes, também, a linearidade, ou seja, o tempo transcorre linearmente, e a estória possui introdução, desenvolvimento e fim. Também é aparente o ponto de vista único, o conflito – seqüestro –, o clímax – salvamento por parte dos policiais – e a distensão – homem preso e Cristina consagrada como símbolo de resistência e exemplo. A construção simplista do crime passionnal de certa forma também é resultado da maneira como a sociedade contemporânea compreende o contexto, com a intrínseca intermediação da imagem, da linguagem do audiovisual.

Por conseguinte, houve uma profunda mudança na concepção do crime passionnal na sociedade em apenas cerca de duas décadas, além de uma diminuição de publicações sobre o assunto nos diários, demonstrando certo desinteresse por parte do público das questões referentes à família do ponto de vista do relacionamento. No entanto, há alguns casos enfáticos de crimes passionais, os quais ganham bastante espaço em relação ao crime de não-proximidade. Esses crimes continuam a explorar a narrativa literária, como percebemos nas publicações atuais do Globo, mas com o desenvolvimento da linguagem audiovisual, a fronteira entre ficção e realidade foi erodida, visto que o modelo do audiovisual muitas vezes é simplesmente transposto aos casos verídicos.

4. O CASO DO ÔNIBUS 499

Neste momento da investigação, será feita uma análise detalhada da base empírica a fim ilustrar as reflexões propostas pela pesquisa no que se refere aos principais mecanismos utilizados pelos meios de comunicação para capturar-nos a atenção e construir uma específica realidade.

Como o que se entende por jornalismo está intimamente ligado ao suporte técnico e à forma de difusão das notícias, foram escolhidos jornais de diferentes meios – rádio, televisão, impresso e on-line – de grande circulação ou audiência, especialmente no âmbito da classe média, formadora de opinião, do Grande Rio de Janeiro, local do incidente.

4.1 Radiojornalismo

Passamos agora a refletir sobre o radiojornalismo, especificamente da CBN (Central Brasileira de Notícias), que faz parte do Sistema Globo de Rádio. Em relação à emissora, Hernandes explica como funciona a grade de programação:

Quando entra a programação local paulista (no caso, fluminense), as afiliadas têm duas alternativas. Podem escolher um outro sinal, gerado simultaneamente do mesmo estúdio em São Paulo, mas com notícias de interesse geral, ou inserir notícias de produção própria, regionais. Há, portanto, em um mesmo horário, vários *Jornais da CBN*, cada um adequado a um público específico. O ouvinte desconhece essa segmentação. Nas áreas em que há geração de programação local – como em certas capitais – o *Jornal da CBN* cria um grande efeito de proximidade, de intimidade, pois parece valorizar tudo o que acontece onde a vida dos ouvintes se desenrola (HERNANDES, 2006: 98).

Este ponto é importante ser ressaltado porque algumas vezes, entre o material coletado, percebe-se que o âncora regional mantém um diálogo com o âncora nacional sobre o seqüestro do ônibus 499. A partir daí podemos inferir a relevância do episódio, dada a cobertura não apenas em âmbito local, mas nacional.

Em relação à infra-estrutura, a CBN é a maior rede de emissoras all news, que transmite via satélite 24 horas de jornalismo¹⁶. O público-alvo da rádio é composto por ouvintes das classes AB, acima de 30 anos e economicamente ativos (HERNANDES, 2006: 99). Apesar disto, Meditsch (*apud* HERNANDES, 2006: 99) lembra que o rádio “é geralmente relacionado a uma forma de cultura ‘inferior’, marcada pela oralidade – que remete ao analfabetismo – em oposição à escrita”. A vantagem é que no rádio há espaço para “brincadeiras, comentários a partir das discussões com entrevistas, troca de informações não planejadas entre os próprios jornalistas (...) O enunciatário, portanto, é mostrado como ‘igual’, um amigo que partilha das gozações que quebram a ‘seriedade’ das falas em alguns momentos” (HERNANDES, 2006: 111). E esse fator é fundamental para a construção da credibilidade e confiança nos apresentadores e, conseqüentemente, no que é transmitido.

Foram encontradas oito referências ao seqüestro do ônibus 499 no site da CBN, entre entradas ao vivo, matérias fechadas e entrevistas, no próprio dia do evento e posteriormente. Esse número não se refere ao total de entradas ao vivo do episódio, visto que, como acompanhava a cobertura no dia, percebi que em média a cada meia hora a CBN divulgava novo boletim. O que se conclui, portanto, é que as oito notícias encontradas foram consideradas pela emissora de qualidade superior.

Infelizmente não podemos afirmar com certeza a relevância de cada notícia no noticiário como um todo, nem o horário exato de cada divulgação. Com base na programação da emissora, disponível no site, percebemos que o primeiro âncora regional a participar do evento, Sidney Rezende, dialoga com o âncora nacional Carlos Alberto Sardenberg, que atualmente possui um programa das 12h às 14h, de segunda a sexta-feira. Mais tarde, percebe-se a participação do âncora regional Roberto Nonato, que hoje apresenta o jornal da CBN 2, de segunda a sexta-feira, das 17h às 19h. Apesar da margem de erro com relação ao horário da programação, podemos garantir que todas as notícias são da parte da tarde, dado o indicativo temporal proferido freqüentemente: “boa tarde”.

A que possivelmente refere-se à primeira notícia do arquivo da CBN trata de um diálogo entre o âncora regional, Sidney Rezende, e o nacional, Carlos Alberto Sardenberg,

¹⁶ < <http://cbn.globoradio.globo.com/cbn/institucional/historia.asp> > __acesso em 02/06/2008

ainda com a participação dos correspondentes no seqüestro. No início da passagem podemos perceber a interação entre os dois âncoras:

Sardenberg: E vamos direto para o Rio de Janeiro acompanhar o caso do ônibus do seqüestro. Sidney Rezende.

Sidney: Carlos Alberto Sardenberg, boa tarde. Desde as oito horas da manhã a cidade está alterada e isso por conta de um caso que está acontecendo ainda dentro do ônibus 499, Cabuçu-Central do Brasil (...) ¹⁷.

A partir dessa apresentação, o âncora Sidney Rezende faz um levantamento de todas as informações coletadas até o momento e, freqüentemente, utiliza o vocativo Sardenberg para evidenciar quem é seu interlocutor. Eliseo Verón (1981, 31) reflete sobre esse mesmo tipo de posicionamento na mídia francesa durante a cobertura do acidente nuclear de Three Miles Island, nos Estados Unidos, e conclui que “neste esquema nenhuma das vozes estabelece um contato direto com o ouvinte, mas constrói uma espécie de mediação que passa pela relação que estabelece com outras vozes, o que resulta em uma vagueza quanto ao destinatário”.

Apesar dessa indefinição aparente do colocutor – termo utilizado por Verón no intuito de estabelecer uma posição de suporte do locutor secundário –, ele afirma que “o expositor principal funciona como um eixo, como uma estação de enlace que permite a localização do lugar do ouvinte” (VERÓN, 1981: 41). A função desta estrutura é o de “dar a impressão de que o ouvinte assiste ao discurso da informação no mesmo momento em que se está desenvolvendo, efeito que será muito claro no caso do diálogo com o correspondente permanente” (VERÓN, 1981: 41), neste caso, os repórteres de plantão nas proximidades do ônibus.

Provavelmente já no final da tarde, a entrada ao vivo do repórter Élson Liper guarda uma questão interessante dos meios de comunicação baseados na cobertura “ao vivo”, especialmente o rádio: a freqüente necessidade de informar em contraposição à falta de informação. Com uma fala de 2 minutos e 51 segundos, considerada bastante grande para os padrões de rádio, o repórter não acrescenta muito à apuração já desenvolvida pela

¹⁷ “Homem mantém reféns dentro do ônibus desde as 8h no Rio” – disponível no site da CBN em <<http://cbn.globoradio.globo.com/cbn/dinamico/busca1.asp?busca=%F4nbus+499&rss=%2Fcbn%2Fhome%2Findex.asp®istros=5&pagina=1&id=0&corseparador=ECE9D8>> __Acesso em 15/05/2008

emissora. A falta de conteúdo fica bastante clara nesta passagem em que o jornalista se prolonga na afirmação de que os reféns se aproximam da janela para respirar melhor:

Agora pouco os próprios reféns fizeram sinal... fizeram alguns sinais da janela... uma única janela que se mantém aberta, através da qual eles vêm e fazem um rodízio... a cada alguns instantes, eles vêm até à janela pegar um pouco mais de ventilação, já que o ônibus está todo fechado. Como é um ônibus de serviço de ar condicionado, ele tem as janelas lacradas e o ônibus está literalmente isolado e fechado com as cortinas fechadas. Apenas uma janela foi deslacrada e por esta janela os reféns fazem rodízio e a cada instante alguns desses reféns ficam mais próximos dessa janela para poder pegar um ar mais fresco, um ar renovado, já que pelo menos oito deles ainda estão lá¹⁸.

A única novidade se refere ao fato de os reféns terem sinalizado que ainda permaneciam oito pessoas presas no ônibus. Na verdade, toda a fala do jornalista poderia ser transcrita como exemplo de prolongamento da informação, pois logo após essa passagem acima, ele complementa que “não há nenhum sinal de negociação”, além disso, informa a posição espacial dos negociadores e dos familiares em relação ao ônibus, volta a falar dos passageiros próximos à janela e relembra fatos anteriores, como a troca de água mineral por um refém.

Percebe-se, ainda, que a fala é bastante lenta, ou seja, o repórter precisa pensar muito antes de proferi-la, o que sinaliza também a falta de conteúdo. Finalmente, a âncora Carolina Morand o interrompe de maneira curta e enfática: “Ok”. E sem continuar uma linha sequer no seu pronunciamento, o repórter, com evidente sinal de alívio na voz, responde em forma de pergunta: “Ok, Carolina Morand?”.

Por outro lado, esta notícia tem a função eminentemente emotiva. A falta de informação se contrapõe, também, à necessidade de transmitir a tensão vivida naqueles momentos no local. A descrição detalhada da cena, ao contrário da televisão que conta com o apoio da imagem, possui real importância no caso do rádio. O ouvinte, e mesmo o apresentador, passivamente assimila a concepção da cena a partir do olhar do repórter no local.

Essa mesma função possui uma das últimas notícias, de quando se considerava próxima a libertação dos reféns. Repetia-se reiteradamente a palavra “expectativa”.

¹⁸ “Ônibus 499: homem armado ainda mantém oito passageiros reféns” – disponível no site da CBN em <<http://cbn.globoradio.globo.com/cbn/dinamico/busca1.asp?busca=%F4nbus+499&rss=%2Fcbn%2Fhome%2Findex.asp®istros=5&pagina=1&id=0&corseparador=ECE9D8>> __Acesso em 15/05/2008

Ademais, foi possível perceber o tom de voz alterado do repórter, com alguns sinais de aumento brusco no volume, igualmente participante dos momentos de medo:

E a expectativa dos policiais militares, dos policiais que acompanham as negociações até este momento, é exatamente de preocupação (...) Neste momento, uma das cortinas está aberta e a gente consegue ver os dois claramente. Cristina chegou perto agora da janela! E fez um sinal! Fez um sinal... ela caminhou sozinha agora, fez um sinal para os policiais. A expectativa é que ela venha a sair do ônibus também, mas o temor da polícia é muito grande porque este é o momento que se considera mais difícil a negociação (...) Cristina se movimenta ainda dentro do ônibus várias vezes, ela chega até a janela, sai da janela, ele não está perto dela neste momento. Ele deve estar na parte encoberta por cortinas e a expectativa é muito grande neste momento. Os policiais estão até mais agitados pedindo para os veículos que passam pela via Dutra, passem mais rápido¹⁹.

Outro aspecto relevante é no que diz respeito ao uso de fontes de autoridade para corroborar determinadas teses. Neste caso, vale a pena atentarmos para a entrevista do sociólogo Luiz Eduardo Soares, com o objetivo ali de delimitar as diferenças entre os seqüestros do 174 e do 499. Primeiramente, seria necessário posicioná-lo no contexto: o sociólogo foi responsável por traçar o perfil psicológico de Sandro do Nascimento, seqüestrador do ônibus 174, para as gravações do documentário sobre o assunto. Além disso, rotineiramente, a mídia seleciona um determinado grupo de autoridades “capazes” para se posicionarem sobre os mais variados assuntos.

Numa planilha de “fontes” da Radiobrás, por exemplo, o professor aparece como capacitado para comentar questões referentes a Direitos Humanos e Violência. O número incontável de vezes que ele funcionou como especialista sobre diversos temas na Radiobrás, e claramente em outros meios de comunicação, exemplifica uma tendência da mídia à repetição de um mesmo discurso, logo, de uma mesma construção social. Inclusive porque a fonte habitua-se a oferecer ao interlocutor, ao veículo de comunicação, o que lhe é necessário.

Durante a entrevista, parece que de início o professor conteve-se em estabelecer uma relação de proximidade entre os dois casos, culminando com o alerta: “o importante é

¹⁹ “Passageiros de ônibus seqüestrado no Rio começam a ser libertados” – disponível no site da CBN em <<http://cbn.globoradio.globo.com/cbn/dinamico/busca1.asp?busca=%F4nbus+499&rss=%2Fcbn%2Fhome%2Findex.asp®istros=5&pagina=1&id=0&corseparador=ECE9D8>> __Acesso em 15/05/2008

que não se repitam os erros que nós verificamos em junho de 2000, no episódio trágico do 174, ao qual você se referiu, Sidney”²⁰. Mais à frente, ele posiciona o acontecimento como um fato novo: “o caso é muito delicado porque envolve as paixões humanas. Quando o caso é passional, há dificuldades enormes de negociação”.

Logo após esta afirmação, o locutor o interrompe para chamar a repórter ao vivo do local do incidente com novidades. Ela inicia sua fala com as informações atualizadas e complementa: “As negociações são bastante delicadas, uma vez que envolve sentimento, é um problema de relacionamento entre este homem armado e a ex-mulher”²¹. Dessa forma, ela repete inteiramente a mesma fala do sociólogo, pronunciada segundos antes. A partir disso, é possível inferirmos que obviamente foi uma repetição em função da situação, ou seja, a fala do improviso, o “ao vivo”, mas que foi repetida como discurso de verdade, na voz de quem está ali para atualizar o fato, além de evidenciar uma imediata assimilação do discurso do professor.

Adiante, da mesma forma que ele definiu o perfil psicológico de Sandro, o sociólogo faz uma análise de André Ribeiro: “Esse homem quer o intangível, o imaterial, o que ele deseja decorre de sua instabilidade profunda neste momento. Ele vive uma crise muito profunda, no plano de sua segurança pessoal interna, subjetiva, deve ta vivendo um drama de insegurança, e a falta desta mulher, neste momento, é uma espécie de fratura da sua própria identidade”²². É o primeiro julgamento divulgado na imprensa o qual humaniza o seqüestrador. Logo, ele retoma o clima de tensão ao relembrar um episódio ocorrido dias antes:

Não sei se você se recorda, se os ouvintes da CBN se lembram, na semana passada tivemos em São Paulo um caso assemelhado com conseqüências drásticas. Um homem que acabou matando sua mulher e a sua amante, que estava grávida, em função de um desequilíbrio psicológico, a Polícia cercou o local, ele as fez reféns e depois de dois dias... o final foi trágico. Então vamos esperar que isso não repita, inclusive porque as conseqüências nesse caso seriam ainda de magnitude superior²³.

²⁰ “Soares: ‘Não se pode repetir o desfecho trágico do caso do ônibus 174’ – Entrevista com Luis Eduardo Soares, professor” – ibidem

²¹ “Soares: ‘Não se pode repetir o desfecho trágico do caso do ônibus 174’ – Entrevista com Luis Eduardo Soares, professor” – disponível no site da CBN em <<http://cbn.globoradio.globo.com/cbn/dinamico/busca1.asp?busca=%F4nbus+499&rss=%2Fcbn%2Fhome%2Findex.asp®istros=5&pagina=1&id=0&corseparador=ECE9D8>> __Acesso em 15/05/2008

²² Ibidem

²³ Ibidem

Retomando a construção da culpa pela imoralidade sobre o Estado, percebemos o tom dramático de Cristina em entrevista após o desfecho do seqüestro, o qual deixa claro o tamanho do equívoco policial:

A primeira vez que eu fui lá eles não me deram nem atenção. Eles disseram que era um problema de marido e mulher, que de repente a gente ia voltar, e depois eu ia tirar a queixa. Eu falei: moço, não é isso. Ele nem chegou a mandar a intimação pra ele quando eu fui à audiência. Eu fui muitas vezes na delegacia, muitas vezes na delegacia de mulher, muitas no fórum também. E foi feito um inquérito criminal e que eu esperasse 30 dias pra poder depor de novo. Eu falei pra ele: em 30 dias acontece muita coisa, né. E as pessoas achavam que tinha que contratar um segurança. Como que eu vou tirar dinheiro do leite dos meus filhos pra contratar um segurança? Se eu fosse homem, jamais levantaria a mão para bater numa mulher, mesmo que ela não quisesse ficar comigo mais. E ele dizia que era amor²⁴.

De uma forma inclusive contraditória, a culpa recai sobre a polícia igualmente se negligenciar o caso, não imputando a firmeza necessária, assim como se a instituição agir violentamente. Na época do 174, a polícia serviu como bode expiatório a todas as mazelas sociais do Rio de Janeiro, pois não impedira a morte de uma vítima, e agira desumanamente ao matar o seqüestrador. A culpa é maior, entretanto, quando não há nenhuma ação policial a fim de coibir o sofrimento das classes altas. “Considerar como negligência não impor e demonstrar a ‘força’ sobrepuja qualquer consideração de cuidado com indivíduos, especialmente se fazem parte das ‘classes perigosas’, os pobres” (REIS *apud* VAZ, 2008: 59).

4.2 Telejornalismo

O pensador pós-moderno, além de buscar no presente suas indagações, numa clara negação da finalidade das coisas, é responsável por eternizá-lo. Essa concepção é fundamental para compreendermos o poder da imagem. “A percepção do real em imagens está vinculada a uma descontinuidade temporal que fragmenta o tempo numa série de presentes perpétuos. A realidade passa a ser percebida como uma sucessão de imagens que

²⁴ “Mulher seqüestrada pelo ex-marido pede ajuda psicológica para tratar o trauma dos filhos – Entrevista com Cristina Ribeiro, ex-mulher do seqüestrador do ônibus 499 – domingo, 12 de novembro de 2006” - disponível no site da CBN em <<http://cbn.globoradio.globo.com/cbn/dinamico/busca1.asp?busca=%F4nbus+499&rss=%2Fcbn%2Fhome%2Findex.asp®istros=5&pagina=1&id=0&conector=ECE9D8>> __ Acesso em 15/05/2008

só adquire sentido quando percebida – o momento presente. O tempo é o do momento presente da percepção, num movimento infinito e circular”²⁵.

O audiovisual, portanto, é um recorte de um próximo passado ou difuso presente. A imagem eterniza o presente, assim como o tempo na imagem é criado, sendo que o concebemos como natural. Se compreendermos o acontecimento como um eterno retorno ou como um presente perpétuo, isso também é reflexo da forma como concebemos a sociedade contemporânea, submetida ao código do audiovisual. A imagem eletrônica não mais procura remeter-se a uma realidade transcendente, e sim, é do âmbito da simulação. As conseqüências sociais devem ser pensadas não pela realidade aparente da imagem, mas a partir da sua existência no processo de significação.

Sobre a linguagem da televisão, podemos pensar na afirmação de que esta “simula operacionalmente o mundo ou – talvez seja melhor dizer – ‘modelos’ atuantes do mundo. A realidade concreta perde inteiramente seu vigor diante da forma reprodutiva (...) Isto implica dizer que o *mundo* (o material ‘documental’ ou ‘fictício’ a ser reproduzido) é sempre um *modelos*, um simulacro de realidade, para o sistema reprodutivo” (SODRÉ, 1984: 55). “Muitos autores acreditam que o telejornalismo tem um caráter manipulador justamente na medida em que não se reconhece como discurso e se propõe espelho da realidade” (BECKER, 2001: 188).

No que tange a fabricação do telejornal podemos apresentar como principais etapas: pauta, apuração e gravação, edição e transmissão. A pauta exclui ou inclui assuntos e demarca a priori o tratamento das notícias. Os predicados mais importante neste ponto são a carga conflitual e o interesse humano, e há uma forte tendência a priorizar os fatos dramáticos ou pitorescos do cotidiano e os assuntos relacionados ao bolso do consumidor. Também importante é o acesso a imagens, que muitas vezes acaba determinando a veiculação ou não de um fato. Já o segundo momento, torna-se relevante o trabalho do repórter, que internaliza um conjunto de procedimentos padronizados os quais vão determinar sua atuação em campo. A simples chegada da equipe de reportagem de TV acaba afetando o desenvolvimento dos fatos que serão cobertos (BECKER, 2001: 192).

²⁵ “A desintegração dos limites: Borges e a pós-modernidade”, Ana Cristina dos Santos, UERJ/UVA – disponível em <http://www.google.com/search?sourceid=navclient&ie=UTF-8&rls=GGLL,GGLL:2008-19,GGLL:en&q=%22A+percep%3%a7%3%a3o+do+real+em+imagens+est%3%a1+vinculada+a+uma+descontinuida+de+temporal+que+fragmenta+o+tempo+numa+s%3%a9rie+de+presentes+perp%3%a9tuos.%22__> acesso em 10/05/2008

Na terceira etapa, a edição se divide em decupagem, montagem do ‘esqueleto’, orientada pela gravação de áudio, do *off* e dos depoimentos, e a inserção de imagens. A edição trabalha o tempo de forma *sui-generis*, que como vimos, quase não há passados, nem futuros, mas uma seqüência de presentes, sem causa ou efeito (na memória social. A última etapa desse processo se refere às construções estabelecidas pelo próprio apresentador (BECKER, 2001: 193).

Na pesquisa empírica no caso do telejornalismo serão utilizadas notícias da rede de TV a cabo Globo News. Partindo da concepção sobre a intertextualidade entre os gêneros audiovisuais, também analisaremos os documentários “Ônibus 174” e “499, a história absurda do maior seqüestro do Brasil”, que ainda não foi lançado, por isso será utilizada a entrevista do diretor Marcelo Yuka sobre o que pretende com a produção.

O que se pode perceber, primeiramente, é com relação ao espaço: a cobertura dos outros meios foi mais abrangente, pois dispunham de mais tempo para a exposição do acontecimento. A concentração de informações em um texto mais enxuto pode colaborar para a compreensão, mais igualmente acaba refletindo um posicionamento mais simplista da situação. A apresentação do tema na emissora é bastante denso e leva 2 minutos e 19 segundos, tempo expressivo se considerado que a informação foi exposta através de nota coberta. A notícia televisiva é um condensado resumo de todo o ocorrido. Não há um acompanhamento gradual do acontecimento. Nesse sentido, pode ser um discurso mais bem construído, uma relação causal mais bem articulada.

Em relação à nota coberta, o recurso utilizado é o da voz em *off*, que é capaz de produzir um sentido de objetividade, de modo a manter a enunciação afastada do discurso.

A narração em *off* tem a função operacional de concatenar e transmitir, de alguma maneira, uma determinada seqüência de apresentação da informação trabalhada na edição, na montagem dos VTs. Mesmo quando parte da imagem para contar, para precisar o que se vê, a fala confirma o que é mostrado na tela, procura conduzir a leitura audiovisual do receptor (...) os profissionais procuram garantir o tom sóbrio, a voz limpa e clara (...) a voz *off* parece não ter dono quando ouvida, não se refere nunca a uma opinião pessoa (...) É como se o fato se narrasse (BECKER, 2001: 203)

Outra característica importante referente à exposição do assunto é com relação à marca de impessoalidade no expositor. A televisão é mais fria, mais teatral. O envolvimento passional, no caso das notícias da Globo News, se devem às imagens que,

igualmente, neste caso específico não nos despertam muito. Teatral no sentido da sobriedade, da segurança na fala, da seriedade.

A Globo News, do sistema a cabo, é direcionado eminentemente à classe média. Em relação às emissoras de TV aberta, os noticiários possuem mais efeitos de arrebatamento do consumidor. No caso da notícia direcionada à classe média, e em um canal exclusivo de notícia – ou seja, onde o espectador busca objetivamente ser informado – esse trabalho de prender a atenção do público é atenuado. Da mesma forma, a emissora enuncia uma determinada relação com o grupo mais esclarecido: um texto basicamente “objetivo”, sem comprometimento. A partir disso, podemos refletir se esse discurso da objetividade funciona contraditoriamente melhor com o público intelectualizado.

A classe média, mais ciente do discurso midiático “manipulador” busca, assim, um noticiário mais austero, logo, mais comprometido com o ideal da objetividade. A discussão sobre o “mito da objetividade”, como se pode pensar, não pode ser esgotado, visto que ele produz efeitos de realidade ainda fortes em diferentes grupos sociais, inclusive nos formadores de opinião. A atenção do público esclarecido quanto à linguagem dos produtos noticiosos se alerta mais para uma notícia de aspecto parcial, com mais fortes mecanismos de mantimento da atenção. Mas essa astúcia é menos eficaz ao distinguir a linguagem da objetividade, igualmente atrelada a uma série de valores. O discurso, portanto, continua eficiente na diferenciação por esse espectador entre uma notícia e uma história ficcional.

Igualmente ele não se atenta para as semelhanças entre a linguagem cinematográfica, documental, ficcional e, por outro lado, da reportagem. Sobre isso é bom atentarmos para a questão dos gêneros audiovisuais, os quais já surgem submetidos aos efeitos do pensamento contemporâneo relativista ao mesmo tempo em que defendem a separação entre o real e a ficção. Passa-se despercebido que se tratam ambos de narrativas. E que estas possuem íntimas relações. O risco não está em aceitar a proximidade entre essas narrativas. Ele se encontra em não se perceber essa correlação, e assumir um plano real e outro ficcional.

A linguagem audiovisual na contemporaneidade já foi internalizada. Não é necessário explicá-la. O olhar do espectador já foi educado. Não é necessário explicar-lhe, por exemplo, o “plano e contraplano”, o efeito na manipulação da trilha sonora, o close. Essas criações, provenientes da linguagem cinematográfica, foram inseridas com sucesso ao pacote do noticiário.

O cinema não é jornalismo, se bem que este como aquele pertençam à ordem das narrativas. Somente a cegueira e nossa surdez, provocadas e/ou escolhidas, podem explicar que nós tomemos as informações agenciadas por um jornal ou por um programa (televisual ou não) como afirmação transparente do que aconteceu. Uma testemunha, uma palavra, um documento e a própria narrativa podem remeter aos fatos, a eles fazer referências e estabelecer relações, contudo, separam-se deles por meio de uma elaboração que, ainda que lhes seja relativa, processa-os nas formas que não são mais as deles. Nada no mundo nos é acessível sem que os relatos nos transmitam uma versão local, datada, histórica, ideológica (COMOLLI, 2001: 103).

Mas para que acreditemos na representação do jornalismo como fidedigno ao mundo, para que nos pareça verossímil, alguma relação com a realidade como a concebemos ela deve estabelecer. E se não é no plano da realidade passada, é no da crível possibilidade. Pois segundo Daniel Dennett, “a impossibilidade histórica é apenas uma questão de oportunidades transmitidas” (1998:111). Porém “qual é o estatuto da diferença entre real e possível, e, se nem tudo que é possível se realiza, o que é que determina a realidade?” (TUCHERMAN, 2002: 5). A realidade, nesse sentido, poderia ser pensada como a representação de uma possibilidade admissível a fim de prender a atenção do público.

Podemos estabelecer também uma relação entre o telejornalismo e o filme documentário. Isso porque a linguagem audiovisual, apesar de apresentar diferenciações em se tratando da ficção ou da não-ficção, é uma mesma retórica, uma mesma narrativa.

Alguns documentários utilizam muitas práticas ou convenções que freqüentemente associamos à ficção, como, por exemplo, roteirização, encenação, reconstituição, ensaio e interpretação. Alguns filmes de ficção utilizam muitas práticas ou convenções que freqüentemente associamos à não-ficção ou ao documentário, como, por exemplo, filmagens externas, não-atores, câmeras portáteis, improvisação e imagens de arquivo (imagens filmadas por outra pessoa) (NICHOLS, 2005: 17).

Outra distinção, ou aproximação, quanto ao plano do ficcional e do não-ficcional tange à função do produto. O problema é que mesmo esta diferenciação deve ser problematizada, uma vez que esta estruturação pode ser percebida como forma de coerção simbólica.

Existem dois tipos de filme: (1) documentários de satisfação de desejos e (2) documentários de representação social. Cada tipo conta uma história, mas essas histórias, ou narrativas, são de espécies diferentes. Os documentários de satisfação de desejos são normalmente chamados de ficção (...) Oferecem-nos mundos a serem explorados e contemplados; ou podemos simplesmente nos deliciar com o prazer de passar do mundo que nos cerca para esses outros mundos de possibilidades infinitas. Os documentários de representação social são o que normalmente chamamos de não-ficção (...), que proporcionam novas visões de um mundo comum, para que as exploremos e compreendamos (NICHOLS, 2005: 26).

Já em relação ao cinema, este nasce com a função de retratar a realidade com os curtas etnográficos dos irmãos Lumière e culmina com esta “tendência de sensações vívidas e intensas (da vida moderna nas cidades). Desde muito cedo, os filmes gravitaram em torno de uma ‘estética do espanto’, tanto em relação à forma quanto ao conteúdo. A excitação predominou, por exemplo, no início do ‘cinema de atrações’ (...)” (SINGER, 2001: 136). Os filmes dos Lumière retratavam o que de mais ordinário havia na sociedade, mas a temática cinematográfica vai tornando-se complexa e indo de encontro ao sensacional, como estética das transformações radicais do espaço, do tempo e da indústria. “Ao evitar uma explicação mais estritamente socioeconômica, eles conceberam a comercialização do ‘suspense’ como um reflexo e um sintoma (assim como um agente catalisador) da modernidade neurológica. A intensidade crescente dos entretenimentos populares correspondeu à nova estrutura da vida diária” (SINGER, 2001: 137).

Podemos, com isso, estabelecer uma próxima relação entre a reportagem de crime e o filme policial. Primeiro porque ambos remetem ao plano do sensacional, do misterioso, do desviante na sociedade. Não se sabe, entretanto, qual se apropria de qual: a reportagem do tom ficcional ou o filme do caráter verídico das sociopatias, já que ambos possuem a mesma estrutura: a investigação, o personagem, a história. Logo, o crime é mostrado porque assim é a sociedade ou porque assim queremos nos libertar das amarras limitantes do convívio social? O cinema, como espelho da sociedade contemporânea, reflete menos a realidade e mais as nossas pulsões profundas de realização nesta sociedade. O jornalismo, mais uma vez, caminha por este mesmo caminho. Pois se o cinema nasceu documentário:

Ele converge para o jornalismo, para o mundo dos acontecimentos, dos fatos, das relações, elaborando a partir deles ou com eles as narrativas filmadas; e se separa do jornalismo na medida em que não dissimula estas narrativas, não as nega, mas, ao contrário, afirma seu gesto, que é o de reescrever os

acontecimentos, as situações, os fatos, as relações em forma de narrativas, conseqüentemente de reescrever o mundo, mas do ponto de vista de um sujeito, escrita aqui e agora, narrativa precária e fragmentária, narrativa declarada e que faz dessa confissão seu próprio princípio (COMOLLI, 2001: 103).

Aliás, o documentário e o telejornalismo são os produtos audiovisuais que mais se aproximam. Se pensarmos do ponto de vista histórico, juntamente sofrem mudanças, já que fazem uso dos recursos tecnológicos da imagem eletrônica. O trecho a seguir retrata o avanço do filme documentário, mas facilmente este poderia ser interpretado como a evolução do telejornalismo.

A década de 1930, por exemplo, viu grande parte da obra documental assumir a característica de jornal cinematográfico (...) Os anos 60 assistiram à introdução das câmeras portáteis leves com som direto (...) Na década de 70, o documentário voltou com freqüência ao passado, usando material cinematográfico de arquivo e entrevistas contemporâneas (NICHOLS, 2005: 61).

No Brasil, esta relação se mostra ainda mais próxima que na maioria dos países. Depois da retomada do cinema brasileiro, na segunda metade da década de 90, tanto os filmes de ficção como os documentários voltaram-se para retratar os problemas sociais brasileiros, a partir da voz do oprimido, compondo uma montagem cinematográfica baseada essencialmente na análise sociológica. E mesmo os filmes ficcionais apresentaram-se com forte carga documental. A linguagem do documentário também é popularizada, eles passam a fazer parte da linha cult da elite intelectualizada, e começam a disputar as salas de cinema, ao lado do filme de ficção.

O documentário *Ônibus 174*, de José Padilha, é um exemplo dessa proximidade na linguagem entre telejornal e ficção estabelecida atualmente no cinema brasileiro. Primeiro porque o evento se construiu na televisão, no acompanhamento ao vivo de todos os passos de Sandro do Nascimento e dos reféns, assim como da atividade da polícia, da imprensa, e inclusive dos curiosos. Tudo foi registrado, pois não havia tempo para a edição. E o filme utiliza freqüentemente imagens da própria imprensa para ser montado.

A estética do cinema é visível em vários momentos, como também é possível identificar a estética da TV em muitos outros. A primeira cena do *Ônibus 174* é um plano seqüência aéreo que tem como ponto de partida algum lugar em alto mar. (...) A cena toda tem quase quatro minutos, tempo que jamais seria usado numa reportagem ou num

programa de televisão editado, onde os *takes* têm em média nove segundos. Esse plano seqüência é interrompido pela imagem, no estúdio, de um entrevistado que está sentado, de frente para a câmera, mas sem olhar para ela, num típico enquadramento de telejornalismo. A entrevista é coberta por imagens do seqüestro, mostrando o ônibus visto de cima, com um *take* de 18 segundos, típico de uma reportagem ao vivo. Nas próximas cenas a estética da TV impera: dois *takes* da movimentação da polícia durante o episódio têm cinco e nove segundos, respectivamente. Esse diálogo entre a composição de imagens para o cinema e para a televisão é presente em todo o filme, sendo muito facilmente identificável e apresentando a noção de intertextualidade (NODARI, 2004: 5).

No entanto, o discurso proposto pelo documentário é bastante diferenciado daquele mostrado pela mídia, até contrário. Nesse sentido, o que percebemos é que geralmente o filme documentário tende a manter um contraponto ao discurso dominante, freqüentemente apresentado pela imprensa. Esse mesmo papel desempenha o filme documentário, ainda a ser lançado, sobre o seqüestro do ônibus 499. Segundo o diretor Marcelo Yuka, o foco é na esfera judicial, a fim de evidenciar as formas de punições na sociedade brasileira e como elas geralmente são influenciadas pelas esferas de poder. “Vou mostrar como os órgãos de segurança pensam essa necessidade imediata de um terror que renda a atenção. E também como é seletiva a maneira que é aplicada a lei no Brasil”²⁶.

Ele também mostra a construção da mídia, afirmando que se tratou de um “seqüestro hollywoodiano”: “Aquilo que se mostrava um crime passional se transformou em um dos maiores seqüestros no Brasil” (...) “Desde o começo já se sabia que esse crime não tinha o peso que foi dado a ele”. O diretor pretende ainda levar o filme do ponto de vista do seqüestrador, que desta vez vai poder contar a história: “o meu compromisso é com o André”. E finalmente, ele complementa: “O que faz o ponto de vista de André parecer um consenso é que as pessoas que estavam dentro do ônibus ficaram até o final (...) O promotor de Justiça (...) diz que quando chegou ao local não viu nenhuma cena de seqüestro, ou seja, essa pessoa do Ministério Público entra na história como mediador e descobre que isso é um crime passional”²⁷.

²⁶ Portal G1 – notícia publicada em 02/07/2007 disponível em:
<http://g1.globo.com/Noticias/Rio/0,,MUL62557-5606,00.html> - acessado em maio de 2008

²⁷ *Ibidem*

4.3 Jornalismo on-line

Entrando no âmbito do jornalismo on-line, cabe aqui salientarmos que a constituição dessa forma de conceber a notícia difere com agudez da maioria dos outros meios, principalmente no que tange a relação com o público.

A *web* representa uma mudança de paradigma comunicacional muito mais ampla que a adição de um sentido. Ela oferece um alcance global, rompendo barreiras de tempo e espaço como não tínhamos visto antes. A indexação do meio digital permite a acumulação de conteúdo, rompendo os paradigmas organizacionais que o jornalismo tinha criado. Além disso, a *web* oferece um grau de interatividade que também nos era desconhecido. Trata-se de um meio ativo, que requer constante interação com seus usuários, contrastando com a relativa passividade que marca a relação do telespectador, ouvinte ou leitor com os meios tradicionais (ALVES, 2006: 95).

Sem aprofundar a discussão sobre a importância da criação da Internet e seu papel atual, vale salientar que “em termos de manejo e de acesso a informações, o único paralelo histórico que podemos encontrar para esta revolução é a invenção do tipo móvel por Gutenberg em 1542, que transformou a humanidade ao ampliar as possibilidades de disseminação do conhecimento” (ALVES, 2006: 99).

O próprio conceito de comunicação de massas precisa ser reavaliado, pois as tecnologias digitais permitem ao receptor das mensagens uma posição muito mais ativa, com muitas mais opções para selecionar as mensagens que deseja receber. O receptor não se senta passivamente diante da TV ou não abre simplesmente um jornal ou uma revista para consumir as mensagens que os *gatekeepers* prepararam para ele naquela edição ou naquela hora. O receptor agora tem o controle, o poder de acessar uma infinidade de fontes, sem as barreiras de tempo e espaço que limitavam sua ação até o advento da *web* (ALVES, 2006: 96)

No entanto, demorou um pouco para que a Internet, especialmente o jornalismo digital, assumisse este papel na sociedade. “A maioria dos sites jornalísticos surgiram como mero reprodutores do conteúdo publicado em papel. Apenas em uma etapa posterior é que começaram a surgir veículos realmente interativos e personalizados. (...) A Web começou,

assim, a moldar produtos editoriais interativos com qualidades convidativas: custo zero, grande abrangência de temas e personalização” (FERRARI, 2004: 23).

Diz-se também dos avanços da web jornalismo no sentido de não impor ao receptor as construções noticiosas como blocos. O internauta, nesse sentido, seria mais livre que em outros veículos. No entanto, essa liberdade tange à escolha do assunto e não na forma como recebe o material, ou seja, a notícia, em sua essência, em seu conteúdo, continua como uma imposição.

É interessante pensarmos, além disso, que o jornalismo on-line constitui uma forma diferenciada de construção ao vivo. A webnotícia, ao contrário das entradas ao vivo no rádio e na televisão, estaria em um passado próximo, mas ainda assim passado. Houve tempo para ao menos a apuração e a escrita da notícia, que é enviada pelo repórter ao editor, e é intermediada por uma série de profissionais até ser publicada. Por outro lado, percebe-se uma rapidez do webjornalismo muito maior que a da televisão, ultrapassando até o rádio. Além disso, ao contrário da grade fixa do rádio e da TV, a Internet não carece de espaço. Então se esses outros meios precisam filtrar as informações mais importantes a ser veiculadas, a Internet pode jogar com o leitor essa construção imediata e interativa do assunto que se constrói “ao vivo”.

Para o estudo do jornalismo on-line foi utilizado como base empírica o G1, Portal de notícias do Globo, integrante do sistema Globo.com. Foram encontradas 47 notícias divulgadas sobre o assunto do seqüestro do ônibus 499, sem contar as atualizações feitas na mesma publicação. Apenas no dia do incidente, o portal publicou 21 matérias, evidenciando que o jornalismo on-line foi, de todos os outros meios, o que apresentou a maior cobertura, com maior especificidade.

As representações sociais de um acontecimento são especialmente fundamentadas no modo de argumentação. A partir da pesquisa empírica foi possível perceber o apoio na construção discursiva a partir da apresentação numérica. A popularização do número-argumento foi definitiva com o pacote do modelo norte-americano, em que o discurso da objetividade precisava de força retórica, mas com a aparência de neutralidade. Com a idéia de que “os números falam por si”, não se atenta para como eles podem ser utilizados, ou mesmo para a relatividade de uma mesma cifra, tão frágil quanto grandiloqüente a cada olhar.

Atualmente, é uma das bases argumentativas mais populares, servindo também para contextualizar um episódio em um número de eventos anteriores; contextualizá-lo em uma proporção, em uma estatística, em uma realidade. Apesar de sua concebida importância, raramente a apuração jornalística é fiel às cifras. No caso do 499, a confusão mais evidente foi em relação ao número de reféns presos no ônibus. A segunda notícia publicada pelo G1²⁸ informava que 21 reféns estariam sob o poder do seqüestrador. Posteriormente este número sofre diversas variações: a oitava notícia²⁹ anuncia a libertação de 13 reféns e afirma que ainda cinco estão no ônibus, logo adiante, na mesma publicação, a autoridade emissora divulga o número de dez reféns presos. Na décima terceira³⁰, o mesmo emissor informa que há nove pessoas no ônibus, sendo 11 libertadas anteriormente. O número total de reféns varia entre “cerca de 40” e 55 pessoas durante o dia, aceitando-se finalmente, o número maior como verdadeiro. Entretanto, o mesmo emissor que se manifestara anteriormente, em entrevista coletiva após a tomada do ônibus³¹, afirmou que 38 pessoas estiveram no ônibus.

Portanto, neste sentido, o desenvolvimento discursivo até o final da cobertura ao vivo se caracteriza pela ambigüidade, o que pode ter provocado uma desproporção entre o acontecimento e suas conseqüências. Além disso, houve uma predileção pelo drama, visto que, ao final de todo o episódio, optou-se pela cifra maior.

Outro fator relevante é o uso das aspas, quer dizer, o testemunho da sociedade civil ou de autoridades raramente surpreendem o jornalista. Elas são geralmente coletadas com a função de reforçar uma tese da empresa de comunicação. A idéia da matéria é expressa a partir da voz de uma fonte que, inclusive, é denominada “personagem” e utilizada para compor tal situação ou para posicionar-se positiva ou negativamente diante de uma proposição.

²⁸ “Homem armado mantém reféns em ônibus na Via Dutra” – 10/11/2006 – 12h57 – atualizado em 10/11/2006 – 13h; Disponível em g1.globo.com __acesso em 12/05/2008

²⁹ “Seqüestrador do ônibus 499 liberta mais 13 reféns” – 10/11/2006 – 15h45 – atualizado em – 02/01/2007 – 20h53; Disponível em g1.globo.com __acesso em 12/05/2008

³⁰ “Ônibus 499: seqüestrador ainda mantém 9 pessoas reféns” – 10/11/2006 – 17h32; Disponível em g1.globo.com __acesso em 12/05/2008

³¹ “Polícia simulou invasão em ônibus antes de liberar reféns do 499 – Entrevista com Husdon de Aguiar, comandante da PM – Sábado 11 de novembro de 2006”; disponível no site da CBN em <http://cbn.globoradio.globo.com/cbn/dinamico/busca1.asp?busca=%F4nbus+499&rss=%2Fcbn%2Fhome%2Findex.asp®istros=5&pagina=1&id=0&corseparador=ECE9D8> > __Acesso em 15/05/2008

Nesse sentido, a imprensa, junto com as fontes, construiu a imagem de um monstro encarnado por André Ribeiro. Sempre tratado como seqüestrador, ele não passaria de um homem “com ciúme doentio”, que “estava descontrolado” e ameaçava “matar a ex-mulher”. O que se nota também é uma deslegitimação dos argumentos a favor de André. Isso quer dizer que em função da proximidade da fonte com o seqüestrador, da forma como é proferido, a maioria dos posicionamentos favoráveis a André acabam sendo invalidados.

Essa tese fica mais bem exemplificada na notícia publicada logo após a invasão policial do ônibus, na qual o promotor que acompanhara o caso se manifestou a favor de André Ribeiro, mas seu argumento é refutado pelo portal, como pode ser percebido na passagem: “Mesmo depois de fazer cerca de 40 reféns, ameaçar e agredir a ex-mulher e forçar uma operação que mobilizou 70 policiais, o vigilante desempregado e camelô André Luiz Ribeiro da Silva pode ser processado apenas por porte de arma. Essa é a opinião do promotor Carlos Guilherme, o que contraria o entendimento da polícia³²”.

Podemos citar como outro exemplo a matéria do G1³³, na qual uma série de depoimentos de reféns expressa o medo vivido no ônibus. Ao final, no entanto, a única pessoa que afirma não haver pânico é de um conhecido de André, freqüentador de uma igreja evangélica. Mais à frente, outras poucas manifestações favoráveis a André sempre são mostradas atreladas a algum grau de proximidade, geralmente proferidas por parentes.

A matéria “Advogado do agressor do ônibus 499 diz que não houve seqüestro”³⁴ corrobora essa mesma afirmação. No entanto, o interessante nesta notícia é a utilização da opinião do negociador do caso:

Para Flávio (advogado de defesa), não há melhor pessoa para avaliar se houve o crime ou não do que Carlos Guilherme, que cuidou pessoalmente das negociações. Carlos já manifestou sua opinião e acredita que não houve seqüestro porque todos os supostos reféns foram libertados. De forma contrária, Paulo Roberto Silva, delegado titular da 52ª DP (Nova Iguaçu), acredita que o agressor deva ser indiciado em três crimes – seqüestro, disparo e porte de arma de fogo – que dariam 20 anos de cadeia. Ciumento, André já responde a dois processos na Justiça.

³² G1 – “Promotor E Delegado Divergem Sobre O Crime Do Ônibus 499 – 10/11/2006 - 21h30” disponível em <g1.globo.com>__acesso 12/05/2008

³³ G1 – “Passageiros do ônibus contam como foram momentos dramáticos – 10/11/2006 – 16h39 – atualizado em 10/11/2006 – 16h54”; disponível em <g1.globo.com>__acesso 12/05/2008

³⁴ Publicado em 14/11/2006 – 13h04; disponível em <g1.globo.com>__acesso 12/05/2008

Este seria o único argumento “válido” positivamente, pois sem proximidade com André. Mas quando é justaposto com essa construção discursiva, ou seja, o argumento atrelado à vontade de Flávio, acaba também perdendo a validade. Em nenhum momento esta afirmação do negociador é colocada sozinha. Apesar de ser uma informação “velha”, não havia tido nenhuma menção a ela até esta notícia, de número 30 na ordem. Este argumento é igualmente desqualificado pela posição seguinte do delegado.

A construção fica ainda mais clara na reportagem “Cristina diz que só Deus pode perdoar ações do ex-marido”³⁵, publicada já no dia 12 de novembro, dois dias após o acontecido. Com o subtítulo “O domingo de André”, a matéria mostra como se encontra o seqüestrador “Quarenta e oito horas depois de comandar o mais longo seqüestro de ônibus da história policial brasileira”. Logo abaixo, a fim de evidenciar uma desproporção, a notícia afirma que “o homem que parou a cidade e chamou a atenção do país está numa cela com mais quatro pessoas, todas presas pelo não-pagamento de pensão alimentícia”.

Além disso, o diálogo transcrito de um vídeo gravado por um refém na mesma matéria só reforça a tese de que não há nenhum sinal de bondade em André: “Olha só, cara, você está provando que não ama os seus filhos, cara. Você não ama os seus filhos desse jeito”, diz um dos passageiros. (...) André só se entregou no início da noite de sexta-feira (10), depois de mais de dez horas de violência e tortura psicológica”.

O conceito é reafirmado na notícia “Ex-mulher não perdoa agressões sofridas em seqüestro”³⁶. Mas a idéia principal, neste caso, parece ser contrapor a crueldade de André com a vitimização inocente de Cristina: “Abatida e falando com dificuldade, a moça, bonita e de aparência jovem, contou que, nos últimos dois anos, quando o casamento de uma década começou a ruir, recebeu toda sorte de ameaça do então marido, que a perseguia”.

Outro argumento importante é quanto à fidelidade de Cristina, que insiste constantemente “nunca ter traído o marido”. Isso remete a um fato histórico: até a década de 70, era aceitável o assassinato da esposa pelo homem que se descobrisse traído, a fim de defender sua honra. A lei caiu, mas no senso comum continuou aceitável o “julgamento” da

³⁵ Publicado em 12/11/2006 – 20h57 – atualizado em 13/11/2006 – 10h29; disponível em <g1.globo.com>__acesso 12/05/2008

³⁶ Publicado em 12/11/2006 – 17h53 – atualizado em 12/11/2006 – 18h08; disponível em <g1.globo.com>__acesso 12/05/2008

mulher traidora. Com a justificação de sua fidelidade, Cristina se coloca na posição de vítima, porém mais do que isso, de vítima inocente, e passível de pena pela opinião pública.

Ela conta, ainda, que o estopim teria sido na semana anterior, quando aceitou carona de um amigo para levar o filho a uma clínica, ou seja, o descontrole do ex-marido teria sido desencadeado erroneamente, já que ela possuía um motivo nobre para andar no carro de um homem. A entrevista emocionada termina com a interrupção do filho caçula da vítima correndo ao encontro da mãe para beijar-lhe as mãos.

A assimilação de Cristina ao estigma de mártir fica clara na passagem referente ao seu depoimento na delegacia: “Vim para estimular mulheres vítimas de agressão a denunciar também”³⁷. O sofrimento de Cristina é ofertado como exemplo para mudanças sociais futuras. Essa frase será proferida repetidamente pela vítima em outras entrevistas.

O mais interessante é que a construção maniqueísta do casal não se mantém até o final da história. No dia 29 de dezembro do mesmo ano, na notícia “Seqüestrador do ônibus 499 consegue liberdade provisória”³⁸, o estigma negativo de André começa a sofrer rupturas. Os testemunhos juramentados dos reféns do ônibus, segundo a imprensa, afirmavam que André não era criminoso:

Segundo o passageiro Luiz Carlos de Andrade, ele só avistou André quando já estava passando pela roleta, não tendo presenciado como tudo começou. Comentou, porém, que os passageiros do ônibus dialogavam com ele, a fim de acalmá-lo, e que entenderam depois de algum tempo que não era um criminoso, mas sim, uma pessoa que passava por uma situação passional. Comentou ter presenciado cenas de carinho entre o casal e o momento em que o acusado acusou (sic) à ex-mulher por todos os seus problemas.

Mas a verdadeira desmistificação do monstro ocorreu quase no final da série, na notícia com título “Caso 499: Juíza acha que crime não foi motivado por ciúmes”³⁹. Nela, a voz oficial é responsável por inocentá-lo: “A Juíza Navega não vê o caso como um crime

³⁷ “Ônibus 499: começa depoimento de ex-mulher do agressor – 13/11/2006 – 10h32 – atualizado em 13/11/2006 – 13h10”; disponível em <g1.globo.com>__acesso 12/05/2008

³⁸ Publicado em 28/12/2006 – 18h51 – atualizado em 29/12/2006; disponível em <g1.globo.com>__acesso 12/05/2008

³⁹ Publicado em 18/01/2007 – 13h09 – atualizado em 18/01/2007 – 16h13; disponível em <g1.globo.com>__acesso 12/05/2008

motivado por ciúmes. André teria sido confundido com um assaltante por um PM e, por isso, obrigado a mulher a entrar no ônibus com o objetivo de se proteger”.

O desfecho, surpresa para uns, óbvio para outros, demonstra uma mudança de posicionamento brusco dos meios de comunicação. Cristina, ao reatar com o ex-marido, além de perder o papel de vítima inocente para o de vítima culpada, inclusive merecedora deste sofrimento, acaba, de certa forma, desconstruindo o personagem criado pela mídia. “Será que ele era tão imoral assim como pensávamos, ou como nos foi apresentado”?

E, ao invés de a imprensa inseri-la em uma estatística da violência contra a mulher, porém não mais na posição de heroína denunciante, mas de vítima culpada e passiva dos destratos do homem, uma nova história foi proposta. O parágrafo comovido da cobertura do reatamento do casal deixa claro que a reportagem apoiou o final feliz:

“Perdoei por amor. Não agüentava mais ouvir meus filhos perguntando quando poderiam voltar a dormir com o pai. Sei também que ele sofria muito com a nossa ausência. Acredito que foi um ato impensado e que vamos retomar a nossa vida em paz”, diz ela, serena, sentada ao lado da família, enquanto André aproveita o sol tímido da manhã de domingo para passear com Mateus, 9, Lucas, 7, e Leonardo, 5⁴⁰.

Um aspecto também relevante para a construção social de significados pela mídia é no que toca a apuração. O que se nota, numa cobertura ao vivo, é a falta de tempo e de infra-estrutura por parte da equipe na redação e, principalmente, pelos repórteres de campo. Isso se reflete na produção do material, geralmente com inúmeras falhas técnicas e na apuração. Apesar de parecer apenas problemas relativos à prática jornalística, isso pode gerar efeitos de significação.

Pois ao mesmo tempo em que há uma construção argumentativa, isso perde força na construção factual, já que há parágrafos reutilizados e jogados sem nenhuma coesão no texto, o que gera uma notícia confusa e obscura. A reutilização de parágrafos é constante em toda a cobertura. O trecho a seguir foi publicado pela primeira vez às 12h57. A mesma passagem foi também utilizada em outras três notícias, sendo a última publicada às 17h43. O curioso na republicação é quanto à afirmação do coronel de que o sujeito no ônibus começa a “sentir os primeiros sinais de cansaço”:

⁴⁰ “Perdoei por amor”, diz mulher do ônibus 499 – 01/07/2007 – 16h53 – atualizado em 02/07/2007 – 13h45”; disponível em <g1.globo.com>__acesso 12/05/2008

A nossa estratégia é vencê-lo pelo cansaço, e ele já começa a apresentar os primeiros sinais de cansaço físico e emocional. É um quadro delicado, o negociador não pode interferir muito. O sucesso depende acima de tudo da vítima principal, que é a ex-mulher dele", explicou Hélio Dias, inspetor da Polícia Rodoviária Federal ⁴¹.

Outros equívocos, como erro ortográfico, indefinição quanto a referentes espaciais, leads com informações antigas, entre outros, foram constantes, mas não serão abordados com profundidade porque não é o foco da pesquisa. Conquanto seja necessário lembrar que o mais importante no jornalismo on-line é a rapidez, a idéia de que o internauta acompanha passo a passo o desenrolar de um acontecimento. Por isso, a grande quantidade de erros no plano da apuração ou da produção da notícia. Também provavelmente por isso que praticamente todas as notícias do G1 foram atualizadas. Se houvesse algum fato novo, seria publicada outra notícia, com título e lead diferentes. No caso da atualização, se faz apenas algum tipo de modificação, ou no conteúdo, ou na estrutura do texto.

4.4 Jornalismo impresso

Como base para a investigação do caso no jornalismo impresso, utilizou-se o jornal O Globo, direcionado ao público de classe média, em maioria situado no estado do Rio de Janeiro. Foram obtidas todas as notícias referentes ao seqüestro do ônibus 499, até o seu desaparecimento nas páginas do jornal, o que integram cinco dias de cobertura e repercussão do evento.

A mais antiga e disseminada forma de se fazer jornalismo, efetivamente a partir do século XIX, como sinônimo de progresso industrial, o jornalismo impresso tem sofrido diversos abalos atualmente. Muitos teóricos se entusiasmam em profetizar o seu fim próximo. Inclusive, empresário Rupert Murdoch, dono de um império de empresas de comunicação – entre elas a *Fox* e os jornais *The Times* e *The Sun* - anunciou que está chegando ao fim a era dos grandes barões da imprensa: "Sociedades e empresas que

⁴¹ Disponível em <g1.globo.com>__acesso 12/05/2008

acreditam na possibilidade de que seu passado glorioso as proteja das mudanças provocadas pelas novas tecnologias acabarão fracassando e fechando”⁴².

No entanto, o que acontece é um acréscimo do consumo de jornal impresso em todo o mundo. A nota a seguir, publicada em 1o de fevereiro de 2008, no Portal Globo online, refere-se à situação da venda de jornais no Brasil. “A melhoria do poder de compra da população e as mudanças ocorridas nos jornais, com promoções, novos cadernos e conteúdo diferenciado, ajudaram no crescimento médio de 11,8% da circulação de jornais no país, segundo dados oficiais divulgados pelo Instituto Verificador de Circulação (IVC)”⁴³.

O caso do seqüestro do ônibus 499 saiu na primeira página do jornal, entretanto, não ganhou a manchete, que ficou para uma crítica à problemática dos buracos em estradas. A notícia do seqüestro foi posicionada na parte superior da página e ocupou pouco menos de um terço do espaço total. Fazendo uma rápida busca em outros jornais correntes no Rio de Janeiro, como o Jornal do Brasil e O Dia, percebeu-se que apenas O Globo não concedeu a manchete ao incidente, preferindo colocar em primeiro plano uma reportagem com cunho político, tendência notada em grandes diários de classe média, como este jornal.

Com o título na primeira página “À beira da tragédia”, os excluídos do espetáculo ao vivo se limitaram em resgatar o que restava da tensão do show passado. No jornalismo impresso perde-se a força discursiva do ao vivo, pois o episódio, já solucionado, não traria mais nenhuma consequência direta ao leitor. Esta forma de se fazer notícia sofreu sérios abalos em relação ao advento do rádio e da televisão em meados do século XX, logo, e com ainda mais força, da Internet. A grande perda foi com relação ao imediatismo, qualidade pregada até então pelos diários, que acabaram ficando para trás no contexto contemporâneo. É por isso também que o jornal O Globo possui sua versão online.

Logo, o que se notou foi uma retórica passional do caso e uma presunção da possível tragédia. Enquanto a cobertura ao vivo se prendeu no “atenção ao que pode acontecer”, o jornal impresso se ateve ao “atenção ao que poderia ter acontecido”. A articulação se baseia numa possibilidade no passado, das desastrosas consequências que

⁴²

Ponto de Análise – citação em foco – postado por Sergio Denicoli em 15 de Março 2006.

<<http://pontodeanalises.blogspot.com/2006/03/rupert-murdoch-o-fim-da-era-dos-bares.html>>__acesso 16/06/2008

⁴³

JORNAL O GLOBO ONLINE. *Circulação de jornais cresceu 11,8%*. Notícia publicada em 1º de fevereiro de 2008. disponível em <http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/02/01/circulacao_de_jornais_cresceu_11_8_-388751311.asp>__acesso 20/06/2008

poderiam ter resultado do seqüestro. Com isso, o próprio acontecimento é posicionado no passado, como a repetição de outro, no caso, o seqüestro do 174. Entre outros trechos expressivos que evidenciam esta afirmação, pode-se citar: “Embora o desfecho não ter sido trágico – diferentemente do episódio do seqüestro do 174, há seis anos, quando um ladrão e uma refém morreram – todas as atitudes de André indicavam que Cristina poderia se tornar vítima do amor destrutivo do ex-marido”⁴⁴.

Com a mesma função de arrebatrar o leitor para um fato já resolvido, procurou-se reafirmar a relevância do seqüestro através do próprio interesse da mídia na cobertura do evento. Isso se percebe em frases como “a tragédia passional que foi vista por todo o país e ganhou repercussão internacional”⁴⁵ ou também que o incidente acabou “parando o Rio, que acompanhou ao vivo o drama”⁴⁶. Finalmente, um pouco mais contido que a maioria dos veículos, O Globo afirma que se tratou de “mais longo (seqüestro) da história do Estado do Rio”⁴⁷, e não do país, como alguns informaram. O apelo, portanto, volta-se para a narração, para o drama humano do acontecimento.

Neste meio de comunicação, ademais, é onde se encontra mais espaço físico para o aprofundamento sobre o assunto. O diferencial do jornal impresso é a quantidade de informação. Premissas apresentadas por todos os veículos foram tratadas por este diário com mais amplitude. Além das reportagens principais, para explicação do tema, foram publicadas, ainda, notícias acessórias, chamadas ordenadas. Uma notícia inteira foi dedicada ao fato de Cristina já haver tentado indiciar o ex-marido, o que induz a um sofrimento que poderia ter sido evitado, se a instituição responsável tivesse cumprido seu papel, como percebemos no trecho: “Embora Cristina tenha feito dois registros na Delegacia de Atendimento à Mulher (Deam) de Nova Iguaçu, contra o ex-companheiro, a polícia não o prendeu por porte ilegal de arma, o que teria evitado o terror vivido pelos 55 passageiros mantidos como reféns⁴⁸”. Este tema teve grande importância em outros veículos, mas não foi tratado com essa profundidade, o que reforça a construção de um determinado discurso, tornando-o ainda mais eficiente.

⁴⁴ Jornal O Globo – 3ª edição – sábado, 11 de novembro de 2006 – pág.16

⁴⁵ Ibidem

⁴⁶ Ibidem

⁴⁷ Jornal O Globo – 3ª edição – sábado, 11 de novembro de 2006 – pág.16

⁴⁸ Jornal O Globo – 3ª edição – sábado, 11 de novembro de 2006 – pág. 24

Um recurso interessante utilizado pelo O Globo, foi a inserção de “olhos” na parte superior de todas as páginas do jornal no dia 11 de novembro, com depoimentos de vítimas, parentes e outras pessoas envolvidas no caso. Porém todos apresentados sob o mesmo argumento: o da monstruosidade de André, da sua incapacidade de controlar-se. A seguir algumas das declarações publicadas:

“Foi horrível, eu virava o rosto e baixava a cabeça para não ver a mulher apanhando”. *Márcia da Silva Cunha, passageira* ⁴⁹.

“Ele dizia que tinha sido traído e batia tanto nela que chegava a dar dor na alma da gente”. *Paulo Roberto de Mello, passageiro* ⁵⁰.

“Ele sempre foi muito ciumento. Quando Cristina foi para a casa da mãe, ele ficou transtornado”. *Heloísa Ribeiro, cunhada de André* ⁵¹.

Nota-se também uma predileção pela exatidão numérica de certas informações. Logo na primeira página, afirma-se que 55 pessoas estiveram dentro do ônibus, e como já expomos na pesquisa, esta informação não foi confirmada com certeza. O mesmo texto informa que André entrou no ônibus às 8h e saiu exatamente às 18h25. As informações mais interessantes, no entanto, estão na página 20 da Editoria Rio desta mesma edição, de 11 de novembro de 2006. Uma página inteira apresenta fotos do decorrer do seqüestro, com uma respectiva legenda e acima de cada imagem, a marcação da hora, com aspecto gráfico de um relógio digital. Por exemplo, precisamente às “8h58”, no início do seqüestro, “um caminhoneiro ajuda a fazer um cerco ao ônibus 499 (Cabuçu-Central), da Viação Tinguá, na Dutra”. Esta legenda acompanha uma foto de um caminhão ao lado do ônibus, próximo a um acostamento.

O recurso gráfico utilizado na página acima citada é bastante comum em filmes e séries policiais, como por exemplo, a série “24 horas”. Nela o ator Jack Bauer tem, a cada novo episódio, 24 horas para evitar uma catástrofe mundial, como a detonação de uma bomba nuclear ou o plano de terroristas de disseminarem gases tóxicos. E o passo a passo do herói é indicado pela marcação do relógio do tempo restante até o limite do prazo para a deflagração da iminente tragédia, obviamente, sempre impedida.

⁴⁹ Jornal O Globo – 3ª edição – sábado, 11 de novembro de 2006 – pág. 21

⁵⁰ Jornal O Globo – 3ª edição – sábado, 11 de novembro de 2006 – pág.16

⁵¹ Ibidem

A cobertura impressa também pôs à tona informações não expostas por nenhum outro veículo. Informações como o fato de André Ribeiro sofrer de câncer de próstata e de que ele teria consumido cocaína foram anunciadas apenas pelo jornal O Globo. Na edição do dia 13 de novembro do mesmo jornal, a afirmação sobre o câncer de próstata é desmentida por Cristina. Já em relação à cocaína, não há mais referência ao assunto.

Um fator que destoa da cobertura de outros veículos é a relação deste evento, não apenas com o seqüestro do 174, mas com outros assassinatos passionais de esposas. Logo no início da notícia⁵², afirma-se que “paixões mal resolvidas podem acabar em crime passionais. Inconformados com o término de relacionamentos amorosos, homens e mulheres fazem loucuras para se vingar”. Entre os casos citados, está o da morte de Ângela Diniz, em 1976, em Búzios, pelo ciumento marido Raul Fernando do Amaral Street.

O argumento do mártir, de Cristina ter servido como exemplo de sofrimento para “salvar” outros sofrendores surtiu efeito, segundo o jornal O Globo. Na edição de 13 de novembro ⁵³, uma notícia destaca a dureza da vítima ao cobrar da polícia uma reação “enérgica contra agressores de mulheres”. Logo abaixo, a notícia “Crescem as denúncias de mulheres agredidas”, demonstra os efeitos obtidos.

⁵² Jornal O Globo – 3ª edição – sábado, 11 de novembro de 2006 – pág. 25

⁵³ Jornal O Globo – 1ª edição – segunda-feira, 13 de novembro de 2006 – pág. 14

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou mostrar, portanto, como são estabelecidos os processos de significação social da produção noticiosa de crime no contexto do Rio de Janeiro e que estes processos refletem essencialmente o discurso das classes dominantes. No entanto, esta geralmente não é uma postura consciente por parte dos personagens da conjuntura, visto que a construção discursiva está profundamente vinculada à técnica e à cultura.

A partir do contexto pós-moderno, no qual a supressão de uma moral reguladora por um lado intensificou a morais específicas e por outro gerou uma sociedade amoral, a mídia, ao mesmo tempo em que assumiu o papel de regulador da moralidade, coloca-se na posição de denunciador dos agentes imorais, basicamente o Estado. Os meios de comunicação, além de atuarem como produtores de significação social, passam a fazer parte da própria constituição ontológica do sujeito, pois a realidade é fabricada partindo das verdades impostas pela imprensa. Pois a produção de sentido pela mídia conduz a uma conseqüente produção de moralidade.

Se por um lado a mídia impõe produtos fechados ao público, ela exhibe o que ele quer ver. E ele se interessa exatamente pelos acontecimentos capazes de romper com essa moralidade vigente. Os fatos do acaso que interferem na rígida estrutura social. Dessa forma, o episódio do 499 serviu de base para elucidar os principais critérios de noticiabilidade da mídia. Para ser colocado na posição de notícia primeiramente o acontecimento deve evidenciar um caráter de ruptura, um abalo na organização social. O crime, um desvio moral na sociedade, constitui esse paradigma.

No entanto, mesmo a anormalidade deve ser institucionalizada, ou seja, a irregularidade deve estar inserida numa moldura já existente. A imprensa vive a cata do “típico atípico”. Dessa forma, os fatos noticiosos, mesmo concebidos a partir de sua aparente inversão no sistema, são posicionados em uma incidência de imoralidade. O acontecimento é definido a priori pelo que nele há de recorrente e não de novidade. O

seqüestro do ônibus 499 não foi tratado em sua singularidade, mas apenas reiterado a partir de construções pré-estabelecidas.

Com o intuito de prover inteligibilidade ao acontecimento, a imprensa procura posicioná-lo em um contexto. Sendo que esta colabora também para a consolidação de construções causais já resolvidas. No âmbito do acontecimento criminoso, a culpa freqüentemente recai sobre o Estado, negligente e corrupto. Ademais, as classes média e alta estão sempre isentas de culpa, e sofrem as atitudes imorais causadas pela classe pobre, já que o Estado não agiu coercitivamente para impedi-la. Isso além de alargar o distanciamento entre as classes sociais, assim como entre a sociedade e o Estado, produzindo o medo virtual da alteridade, acomoda a ação de atores na luta contra a desigualdade social e conseqüente diminuição da criminalidade.

Além disso, percebemos que a contextualização, ao invés de colaborar para a reflexão das questões sociais, apenas reforça determinadas produções cognitivas, as quais não saem dos lugares-comuns. O interessante é que essa prática é exatamente a colaboração que os meios de comunicação acreditam prover ao seu público. Seria a função da imprensa a de estabelecer relações semânticas entre os acontecimentos e as possíveis conseqüências no meio social. Entretanto, a reflexão intelectual da imprensa limita-se a reiterar raciocínios já fechados e deterministas. Logo, se a notícia é um eterno retorno, a construção social será sempre a mesma.

A relação do episódio do 499 com o seqüestro 174 foi enfática neste sentido. Procurou-se não apenas impor as similaridades de ambos os casos, mas esperava-se a repetição da catástrofe do 174. Por isso que no dia do seqüestro do 499 foi montado um gigantesco aparato técnico. Estavam todos bastante preparados para o desfecho sangrento, que não veio. Foi uma expectativa frustrada. Dessa forma, se no dia do seqüestro a cobertura foi ainda maior que a do 174, nos dias após a resolução pacífica do episódio do 499, quase não houve repercussão, comparativamente entre os dois casos. A conclusão positiva do evento fez com que ele perdesse o seu apelo retórico, a sua dramaticidade, essenciais para prenderem a atenção do público.

Nesse sentido, percebemos uma atração do público pelo drama humano, pela estória. Com o desenvolvimento do audiovisual, a narrativa teve um ganho substancial. Pois a linguagem evoluiu no sentido de construir um argumento retórico mais eficiente para estabelecer identificação com o público, pois atua com todos os sistemas sensoriais do

indivíduo. Por isso também se afirma que o contexto da contemporaneidade foi responsável por erodir a fronteira entre a realidade e a ficção. Os produtos audiovisuais não-ficcionais fazem cada vez mais uso da linguagem dos produtos de ficção, e inversamente ocorre o mesmo.

Os gêneros audiovisuais estão cada vez mais próximos e a realidade cinematográfica passa a ser, da mesma maneira, cada vez mais interessante ao público. Toda construção, portanto, procura aspectos os quais transvalorizados possam ser encaixados nesse modelo de produção de verdade, estabelecido pela linguagem ficcional do cinema. O seqüestro do ônibus 499, por conseguinte, pode ser interpretado a partir de um típico roteiro hollywoodiano: simplista, espetacular e maniqueísta. Isso igualmente induz à formação de uma sociedade que simplesmente submete os indivíduos e os acontecimentos a uma construção pré-fabricada.

Em relação ao desenvolvimento do recurso audiovisual da transmissão ao vivo, esta deve ser compreendida a partir de uma dualidade. É libertária se pensarmos no contexto ditatorial, visto que é capaz de driblar a censura. Igualmente é interessante se pensada como a emanção do pensamento platônico das essências ou como a expressão emocional sincera do repórter diante de um acontecimento, ou seja, a exaltação, o medo etc. No entanto, como vimos até aqui, a transmissão ao vivo é muito pouco espontânea, e sim, essencialmente teatralizada. A proximidade do evento simplesmente enfatiza a construção baseada no senso-comum.

Pensaríamos, com isso, que o afastamento do caso conseguintemente produziria retóricas mais reflexivas. Infelizmente o que percebemos foi que mesmo o jornalismo impresso, excluído do espetáculo ao vivo, carregou ainda mais a construção discursiva de dramaticidade, a fim de resgatar um assunto resolvido que não mais atrairia a atenção do público. O espaço físico do jornal, diferenciado em relação aos outros veículos, serviu também para enfatizar a construção causal explicitada até o momento pela pesquisa.

O único meio que chegou a apresentar um novo discurso sobre o caso foi o jornalismo on-line, dando um final feliz à reaproximação do casal. Não deixou de ser um tanto cômica a forma como o mostro repentinamente passou a ser um homem apaixonado e arrependido. O que igualmente evidencia outro tipo de construção causal, agora baseado na humanidade do criminoso. Mas isso demonstra que o advento da Internet pode ser

importante no intuito de melhorar as condições de produção semântica, já que tem a possibilidade de estabelecer um distanciamento e, mais à frente, reinterpretar o caso.

Esta conclusão, aparentemente pessimista, apenas pretende ser mais uma colaboração à produção noticiosa, principalmente no que tange à cobertura de atos criminosos. Ao contrário de uma argumentação contrária à prática jornalística, é uma crença apaixonada na possibilidade de transformação da realidade social pela imprensa. Pois que essa mudança seja positiva.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, R. Calmon. Jornalismo digital: Dez anos de *web...* e a revolução contínua. *Comunicação e Sociedade* 1 Vol. 9-10 | 2006
http://ojs.portcom.intercom.org.br/index.php/cs_um/article/view/4751/4465
- AMARAL, Adriana. *Uma apropriação de Tela Total - A busca da realidade perdida em um roteiro de viagem pelo virtual*. 2003 Disponível em <http://www.bocc.ubi.pt/pag/amaral-adriana-tela-total.pdf>__ acesso 03/03/2008
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Tecnoprint.
- BARBOSA, M. C. *O acontecimento contemporâneo e a questão da ruptura*. Semiosfera (UFRJ), Rio de Janeiro, 2002. 22. Disponível em <http://www.eco.ufrj.br/semiosfera/anteriores/semiosfera02/organizacao/txtsoc1.htm>__ acesso 02/04/2008
- BARBOSA, Suzana. *A informação de proximidade no jornalismo online*. Revista eletrônica Bocc. 2002. disponível em <http://bocc.ubi.pt/pag/barbosa-suzana-proximidade-online.pdf>__ acesso 07/05/2008
- BECKER, Beatriz. *Brasil 2000: 500 Anos do Descobrimento Nos Noticiários da TV*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2001.
- BELL, Martin. *In Harm's Way-Reflections of a War Zone Thug*. N Beloff - SOUTH SLAV JOURNAL. 1995.
- BERNARDET, Jean-Claude. *Cineastas e Imagens do Povo*. edição ampliada, ed. Cia da Letras. 2003.
- BOORSTIN, Daniel J. *The Image: a guide to pseudo-events*. In: *America 1961*. New York. Vintage Books, 1992.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Zahar Editor. 1996.
- CANAVILHAS, João. *O domínio da informação-espectáculo na televisão*. 2001 disponível em http://bocc.ubi.pt/pag/_texto.php3?html2=canavilhas-joao-televisao-espectaculo.html
- COMOLLI, Jean-Louis. *Sob o risco do real*. In: *Catálogo do Forumdoc.bh.2001*. Belo Horizonte. 2001.
- DENICOLI, Sergio. Ponto de Análise – citação em foco – postado por em 15 de Março 2006. disponível em <http://pontodeanalises.blogspot.com/2006/03/rupert-murdoch-o-fim-da-era-dos-bares.html>
- DENNETT, Daniel. *O possível e o real in A perigosa idéia de Darwin*. Rio de Janeiro, 1998, p 109 a 129.

- DIAS, A. Maria. *Nelson Rodrigues e o Rio de Janeiro: memórias de um apaixonado*. Alea vol.7 no.1 Rio de Janeiro. 2005
- DUARTE, M. C. de Almeida. *Política criminal, criminologia e vitimologia: caminhos para um direito penal humanista*. 2006. Disponível em jus2.uol.com.br __acesso 10/04/2008
- FERRARI, Pollyana. *Jornalismo digital*. 2. ed. - São Paulo: Contexto, 2004 (Coleção Comunicação).
- FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Rio de Janeiro: PUC. 2002.
- GUBERN, Román. *Historia del Cine*. Editorial Lumen. 2006.
- HALL, Stuart; CHRITCHER, Chas; JEFFERSON, Tony; CLARKE, John; ROBERTS, Brian. *The social production of news: Mugging in the media*. In COHEN, Stanley; YOUNG, Jock (ed.) *The manufacture of news*. Sage Publications. 1981.
- HERNANDES, Nilton. *A mídia e seus truques. O que o jornal, revista, TV, rádio e Internet fazem para captar e manter a atenção do público*. Editora Contexto. 2006.
- JORNAL O GLOBO ONLINE. *Circulação de jornais cresceu 11,8%*. Notícia publicada em 1º de fevereiro de 2008. disponível em http://oglobo.globo.com/economia/mat/2008/02/01/circulacao_de_jornais_cresceu_11_8_-388751311.asp> __acesso 20/06/2008
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. Abril Cultural. São Paulo. 1979.
- LAPLANCHE; PONTALIS. *Vocabulário da Psicanálise*. Editora Martins Fontes. 2008.
- MACHADO, Arlindo. *A Televisão Levada a Sério*. Ed. SENAC São Paulo, 2000.
- MANUAL *Geral da Redação*. Folha de São Paulo. 1987.
- MARTIN, Alfredo Guillermo. *As seqüelas psicológicas da tortura*. *Psicol. cienc. prof.*, set. 2005, vol.25, no.3, p.434-449.
- MOTA, L. G. *Coberturas "Ao Vivo" Violência urbana: jornalismo ou espetáculo?* Barcelona. 2002.
- NEVES, Teresa C. C. *Dramatização no telejornalismo*. 2005. disponível em
xxxxxxxxxxxxxx
- NICHOLS, Bill. *Introdução ao Documentário*. Papirus Editora. Campinas, SP. 2005. Coleção Campo Imagético.

- NIETZSCHE, Friedrich W. *Aurora: reflexões sobre os preconceitos morais*. Editora Companhia das Letras. São Paulo. 2004.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Crepúsculo de los ídolos*. Alianza Editorial. Biblioteca Nietzsche. 2006
- NODARI, S. *Ônibus 174: a Intertextualidade entre Cinema e Televisão*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 27., 2004. Porto Alegre. Anais... São Paulo: Intercom, 2004.
- NUCCI, Celso. *Manual de Jornalismo da Radiobrás: produzindo informação objetiva em uma empresa pública de comunicação*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas. 2006.
- REIS, Roberto A.; MARQUES, Angela C. S. *Apreensão e análise do acontecimento mediático: interseções entre a comunicação e a deliberação pública*. verso e reverso – revista de comunicação. Número 47. Ano XXI. 2007/2.
- SIMIONATO, M. A. Wischral; Oliveira, R. Gusmão. *Funções e transformações da família ao longo da história*. Disponível em <http://www.abpp.com.br/abppprnorte/pdf/a07Simionato03.pdf>
- SINGER, Ben. *Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular*. In CHASNEY, Les; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. Ed Cosac & Naify. São Paulo. 2001.
- SODRÉ, Muniz. *Reinventando a Cultura*. Editora Vozes. 1999.
- _____, Muniz. *O monopólio da fala. Função e Linguagem da Televisão no Brasil*. Editora Vozes. Petrópolis. 1989.
- TUCHERMAN, Ieda. *O pós-humano e sua narrativa: a ficção científica*. XI COMPOS: Rio de Janeiro/RJ, 2002 GT - Comunicação e Cultura. 2002. Disponível em http://www.compos.org.br/data/biblioteca_124.PDF__ acesso 10/06/2008
- VAZ, Paulo. *O destino do fait divers: política, risco e ressentimento no Brasil contemporâneo*. Revista Famecos. Número 35. Abril de 2008.
- VAZ, Paulo; LISSOVSKY, Maurício. *Notícias de crime e formação da opinião pública: o caso do referendo sobre o comércio de armas no Brasil*. 2007
- VAZ, Paulo; SÁ-CARVALHO, Carolina; POMBO, Mariana (2006). *A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime*. Revista FAMECOS, v. 30, pp. 71-80.
- VERON, Eliseo. *Construir el acontecimiento*. Gedisa. Barcelona, 1995.

YOUNG, Jock. *Beyond the Consensual Paradigm: a critique of left functionalism in media theory*. In COHEN, Stanley; YOUNG, Jock (ed.) *The manufacture of news*. Sage Publications. 1981.